

DT

SÉRIES
DOCUMENTOS
DE TRABALHO

24

Estratégias e respostas institucionais do CSS y CT iberoamerica à emergência da COVID-19



PROGRAMA IBERO-AMERICANO
PARA O FORTALECIMENTO DA

**COOPERAÇÃO
SUL-SUL**

DT/24

Estratégias e respostas institucionais do CSS y CT iberoamerica à emergência da COVID-19

SÉRIES DOCUMENTOS DE TRABALHO





**SÉRIES
DOCUMENTOS DE
TRABALHO**

Este documento foi produzido por Ninfa M. Fuentes Sosa e Luis A. Barrueta Ocampo, para uso e divulgação exclusivos do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

Secretario Técnico PIFCSS

Daniel Castillo Carniglia

Unidade Técnica PIFCSS

Santiago Dematine, José Ramírez, Daniela Vargas

Desenho e diagramação

José Ramírez

RESSALVA: As opiniões expressas neste documento correspondem aos autores e não representam necessariamente a posição do PIFCSS ou de seus países membros.

Tabela De conteúdos

Prefácio	5
Abreviações	7
Introdução	8
I. A CSS e CT a enfrentar os desafios gerados pela pandemia	10
A. Impacto na Ibero-América	10
B. Efeitos sobre o sistema CID	11
C. A CSS e CT na Ibero-América face à pandemia	13
II. Institucionalidade, cobertura e funcionamento das entidades encarregadas de CSS e CT	16
III. Abordagem metodológica	19
IV. Análise. As experiências das entidades CSS e CT face à pandemia	21
A. Dimensão institucional	23
B. Cobertura questões e sectores	24
C. Dimensão operacional	26
V. Adaptabilidade em resposta à pandemia	29
VI. Boas práticas	40
A. Adaptabilidade operacional	40
B. Reforço institucional	41
C. Flexibilidade de cobertura	41
VII. Lições aprendidas	42
A. Optimização operacional	42
B. Espaços institucionais partilhados	43
C. Cobertura das TICs em linha	43
VIII. Reflexões finais. Desafios futuros	44
Referências	46
Anexo I. Instrumentos	47
Anexo II. Agências e instituições de cooperação participantes	54
Anexo III. Entrevistas ao sector académico	55

Prefácio

Em Março de 2020, a circulação do vírus SRA-CoV-2 atingiu proporções globais e atingiu países da América Latina com uma força invulgar, gerando efeitos imensuráveis. Os encerramentos de fronteiras, quarentenas e várias medidas adoptadas por cada país para conter a propagação do vírus e os seus efeitos tiveram um impacto profundo na sociedade e na vida das pessoas. Do mesmo modo, a Cooperação Sul-Sul (CSS) e a Cooperação Triangular (CT) foram também fortemente afectadas e, em muitos casos, significaram uma paragem nas iniciativas que estavam em curso ou prestes a começar.

De facto, estas modalidades de cooperação, baseadas fundamentalmente na transferência de conhecimentos e assistência técnica e, por conseguinte, no intercâmbio e mobilidade de peritos e funcionários públicos, foram particularmente afectadas. Em primeiro lugar, significava o cancelamento de muitas iniciativas que estavam em curso ou prestes a começar; em segundo lugar, em muitos casos, os recursos destinados às iniciativas SSC e TC tiveram de ser redireccionados para fazer face à emergência; e, por último, as prioridades foram transferidas para questões relacionadas com a emergência, tais como a aquisição de equipamento de protecção da saúde e o fornecimento de vacinas.

Contudo, apesar destes e de outros efeitos, a pandemia de Covid-19 tornou-se também uma oportunidade para as instituições responsáveis pela cooperação na Ibero-América, acelerando, por um lado, a incorporação de tecnologia para a adopção de metodologias de trabalho remoto e, por outro, a redefinição de estratégias e prioridades de trabalho em conjunto com os países parceiros.

Para o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), isto também implicou importantes redefinições, uma vez que a forma de trabalhar e o planeamento das actividades se baseou fortemente no trabalho presencial. O encerramento de fronteiras e o cancelamento de acções envolvendo a transferência de pessoas levou a um reajustamento dos mecanismos disponíveis para o Programa e à incorporação de novos instrumentos.

Neste sentido, a implementação da plataforma de intercâmbio virtual PIFCSS à distância tornou-se um lugar central como espaço de encontro, intercâmbio e socialização entre países sobre as diferentes questões abordadas pelo PIFCSS. Do mesmo modo, o Mecanismo Estruturado de Intercâmbio de Iniciativas de Cooperação Sul-Sul (SSCSS) foi reorientado para oferecer novas formas de fortalecimento e apoio aos países, tornando-se uma ferramenta ágil e flexível para ajudar os países num contexto excepcional.

Muitas das lições aprendidas com a pandemia irão certamente permanecer e tornar-se parte do trabalho da CSS e da CT, tanto para o PIFCSS como para os

próprios países membros. A identificação dessas boas práticas e lições aprendidas permitir-nos-á estar mais bem preparados para eventos deste tipo no futuro. Além disso, acelera e consolida a transição para novas formas de partilha de conhecimentos e de trabalho na implementação de iniciativas de cooperação.

O estudo apresentado abaixo pretende ser uma contribuição nesta direcção, sistematizando os esforços dos países membros e do PIFCSS em resposta à pandemia. Esperamos que esta publicação, que faz parte da série Documento de Trabalho, seja um contributo útil para os próprios países membros do PIFCSS, mas também para outros actores do sistema de cooperação internacional como um todo. Finalmente, estamos gratos pelo apoio e acompanhamento das instituições responsáveis pela cooperação na partilha de informações que tornaram possível a preparação deste documento.

Daniel Castillo Carniglia

Secretário Técnico

Programa Ibero-Americano para o Reforço da Cooperação Sul-Sul



Abreviações

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AEICID	Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento)
AGCID	Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AMEXCID	Agencia Mexicana de Cooperación Internacional para el Desarrollo (Agência Mexicana de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional)
ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
APC	Agencia Presidencial de Cooperación de Colombia (Agência Presidencial de Cooperação da Colômbia)
APCI	Agência Peruana de Cooperação Internacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
WB	Banco Mundial
CAF	Corporação Andina de Desenvolvimento
IDC	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CSS	Cooperação Sul-Sul
DAC	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
FMI	Fundo Monetário Internacional
ITAMARATY	Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Metas de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos

Introdução

Recentemente, organizações internacionais como a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL) advertiram que as regiões requerem uma maior cooperação para recuperar conjuntamente dos efeitos da pandemia da COVID-19. Como explicado na segunda secção deste relatório, para além de exacerbar problemas anteriores, a pandemia aumentou a relevância relativa da Cooperação Sul-Sul (CSS) e da Cooperação Triangular (CT) na arquitectura da CID. O SSC e o TC são largamente desenvolvidos através do intercâmbio de conhecimentos, boas práticas e experiências entre países. Neste contexto, os países ibero-americanos beneficiariam de partilhar as suas experiências em resposta à COVID-19, a fim de reforçar as entidades responsáveis pelo CCD e pelo TC e o trabalho que realizam.

Este estudo procura, em primeiro lugar, identificar as respostas das entidades SSC e TC aos desafios impostos pela emergência da COVID-19 a partir de Março de 2020. O estudo inclui as principais agências e instituições de cooperação internacional dos países ibero-americanos e o PIFCSS como organização ibero-americana dedicada ao reforço destas modalidades de cooperação na região. Ao identificar estas respostas, o estudo contribui para compreender a forma como estas entidades responderam, através das suas experiências em termos do seu funcionamento e das actividades de CSS e CT que puderam desenvolver no contexto da crise económica e sanitária prevalecente na altura.

Em segundo lugar, analisar o alcance destas experiências nas suas várias dimensões, temas e sectores. A conceptualização apresentada capta estas experiências em três dimensões: operacional, institucional e de cobertura, de modo a conseguir uma melhor utilização transversal em diferentes áreas. Esta proposta conceptual e analítica procura facilitar a agregação transversal dos conhecimentos gerados por este estudo.

Para o conseguir, foram enfrentados dois desafios principais. Por um lado, há uma grande variação nos elementos com os quais diferentes estudos caracterizaram e conceptualizaram os elementos do CCD e do TC. Por outro lado, o foco sobre o objecto de estudo é diferente do de estudos anteriores. As experiências das entidades encarregadas de SSC e TC no tratamento da pandemia foram variadas e incluem um amplo espectro. Assim, um dos principais desafios deste estudo foi desenvolver uma categorização transversal destas experiências que fosse consistente com outros estudos e, em segundo lugar, que permitisse uma análise útil tanto dos aspectos que se referem ao funcionamento destas entidades como daqueles que são mais pertinentes para as actividades que realizam.

Em terceiro lugar, o relatório mostra experiências sobre a forma como as entidades SSC e TC geriram as suas funções, trabalho, e o conteúdo do seu trabalho durante e após a emergência. Foram também descritos esquematicamente exemplos do trabalho realizado a nível regional e nos países SSC e TC agências e instituições. Foram incluídos dois tipos de exemplos das experiências destas entidades: revisões dos seus processos internos para responder à nova situação e a reformulação ou expansão dos projectos existentes tendo em conta as complexidades geradas pela emergência da COVID. Em ambos os tipos de exemplos, os actores envolvidos expandiram ou reviram as suas agendas temáticas e mecanismos de trabalho de acordo com a nova realidade. Na sua maioria, não houve recursos ou tempo para desenvolver novas iniciativas, acções ou projectos. No entanto, os países adaptaram os mecanismos e instrumentos existentes para responder às necessidades. Estes exemplos foram destacados pelas instituições participantes no estudo como os mais relevantes para enfrentar os diferentes desafios enfrentados pela COVID-19.

Finalmente, o funcionamento e as actividades das entidades responsáveis pelo CCD e TC são identificados, juntamente com os desafios comuns enfrentados na emergência, as boas práticas desenvolvidas para lidar com ela, os aspectos que poderão ser modificados em futuras emergências e as lições aprendidas que poderão ser úteis no futuro. Isto também gera melhor informação para a tomada de decisões de modo a que o CCD e a CT alcancem melhores resultados e favoreçam a realização dos objectivos de desenvolvimento de cada país e da Agenda 2030.

I. A CSS e CT a enfrentar os desafios gerados pela pandemia

A pandemia da COVID-19 gerou uma grande crise económica e sanitária global e teve impactos multidimensionais imediatos e a longo prazo no desenvolvimento económico dos países. Por outro lado, também exacerbou os desafios ao sistema de governação internacional que tinham surgido anos antes e que tinham sido exacerbados pela crise financeira de 2008, o enfraquecimento das instituições financeiras internacionais, as tensões geopolíticas e as dificuldades na construção de consensos sobre a forma de promover o desenvolvimento sustentável.

Globalmente, a pandemia e as medidas tomadas para travar a sua propagação levaram a um declínio significativo da actividade económica. O comércio internacional e o turismo diminuíram drasticamente, afectando as receitas de exportação e a balança de pagamentos de muitos países. Muitas empresas foram obrigadas a fechar, reduzindo ainda mais a actividade económica e aumentando o desemprego. Esta situação afectou de forma desproporcionada os trabalhadores em empregos menos remunerados ou informais, que normalmente têm menos acesso aos sistemas de protecção social. Assim, houve também graves efeitos negativos nas sociedades, resultantes do aumento da desigualdade e da pobreza entre a população.

A. IMPACTO NA IBERO-AMÉRICA

Antes da pandemia da COVID-19, os países latino-americanos enfrentavam desafios comuns, embora com gamas muito variadas, no seu desenvolvimento económico. Espanha, Andorra e Portugal eram relativamente fortes economicamente, com algumas oportunidades de melhoria em áreas específicas como a pobreza e a desigualdade. Antes da pandemia, a Ibero-América tinha crescido a um ritmo moderado. Na América Latina, o crescimento tinha abrandado nos últimos anos. Antes da pandemia, a Espanha, Andorra e Portugal tinham taxas de crescimento do PIB entre 1% e 2,5%. O investimento directo estrangeiro na região tinha sido relativamente estável nos últimos anos, mas a um nível insuficiente para impulsionar significativamente as economias. As taxas de desemprego eram cerca de 14% em Espanha, Portugal e Andorra, enquanto que as taxas de desemprego eram mais elevadas e variavam muito entre os países da América Latina. Neste último, além disso, cerca de 60% da força de trabalho estava empregada no sector informal. A desigualdade de rendimentos, apesar de alguns progressos, continuou a ser uma importante área de atenção. Particularmente na América Latina, a desigualdade de rendimentos era já uma das

mais elevadas do mundo, e as taxas de pobreza eram elevadas, especialmente nas comunidades rurais e indígenas.

Globalmente, as crises sanitárias e económicas resultantes da pandemia exacerbaram ainda mais os desafios já enfrentados pelos países da América Latina. No entanto, na América Latina, a recessão agravou-se ao ponto de as organizações internacionais terem manifestado a sua preocupação de que há outra década perdida, como durante a década de 1980. Em termos do número de infecções e mortes, estas estavam desproporcionadamente concentradas nos países da América Latina. Apesar de ter 8,6% da população mundial, foi responsável por 30% das mortes causadas pela COVID-19.

As crises também tiveram um impacto significativo nos indicadores económicos. Em Espanha, Portugal e Andorra, a inflação permaneceu relativamente estável ou aumentou moderadamente. Em contrapartida, aumentou em vários países da América Latina, o que também afectou o poder de compra da população. Em termos de receitas do comércio externo, houve um declínio no comércio internacional e turismo, que são importantes fontes de rendimento para muitos países da região. O comércio internacional diminuiu à medida que as cadeias de fornecimento globais foram perturbadas e a procura de bens e serviços diminuiu. De acordo com o Banco Mundial, as exportações da região caíram cerca de 15% em 2020.

A maioria dos países ibero-americanos sofreu contracções acentuadas do PIB como resultado da pandemia e das medidas tomadas para travar a sua propagação. Este declínio foi particularmente grave no segundo trimestre de 2020 e alguns países ainda não recuperaram para níveis pré-pandémicos de actividade económica. Os países da América Latina sofreram uma contracção média de cerca de 4,6% em 2020.

Em termos de indicadores sociais, a população desempregada aumentou em todos os países. Na América Latina, a taxa de desemprego na região aumentou de 8,2 por cento em 2019 para 12,1 por cento em 2020, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, as desigualdades e disparidades de rendimentos já existentes nos países aumentaram. Na América Latina, os efeitos foram particularmente graves. De acordo com o Banco Mundial, espera-se que cerca de 35 milhões de pessoas na América Latina caiam na pobreza extrema como resultado da pandemia.

B. EFEITOS SOBRE O SISTEMA CID

Antes da pandemia, em geral, o IDC tinha vindo a mudar gradualmente, tornando-se mais forte em vários aspectos, mantendo ao mesmo tempo áreas de oportunidade. Em termos de pontos fortes, em primeiro lugar, enfatizou o desenvolvimento sustentável como uma prioridade nas suas várias dimensões, com objectivos tais como acabar com a pobreza, proteger o ambiente e alcançar a paz e prosperidade para as pessoas. Em segundo lugar, as parcerias entre diferentes actores envolvidos na IDC tinham ganho proeminência. Estes actores incluem governos, organizações da sociedade civil, agências internacionais, o

sector privado, academia, entre outros. Por exemplo, na cooperação multilateral havia uma tendência para uma maior utilização de mecanismos de financiamento inovadores, tais como obrigações, garantias e financiamento misto para mobilizar recursos privados para o desenvolvimento. Em terceiro lugar, o CCD tem vindo a ganhar terreno como uma importante modalidade de cooperação para abordar problemas e necessidades específicas de desenvolvimento através da partilha de experiências, conhecimentos e recursos entre países em desenvolvimento. Além disso, verificou-se uma tendência para uma maior apropriação e liderança por parte destes países na concepção e implementação de programas de desenvolvimento. Estas mudanças permitiram à IDC ser relativamente mais inclusiva na abordagem de desafios complexos de desenvolvimento.

Por outro lado, a IDC, em geral, enfrentou críticas em áreas tais como as seguintes. O nível de financiamento foi inadequado para os países em desenvolvimento implementarem os projectos e programas necessários para alcançar os ODS. O sistema também foi visto como deficiente, caracterizado por diferentes actores e doadores trabalhando isoladamente e por vezes duplicando esforços. Relativamente à eficácia dos projectos e programas, a principal crítica foi a falta de foco nos resultados e no impacto. Finalmente, houve críticas de que os países em desenvolvimento não estavam suficientemente envolvidos na tomada de decisões e na implementação, e que não foi dada atenção suficiente ao contexto local do país. Estas situações foram criticadas por levarem a uma falta de apropriação e sustentabilidade dos projectos e programas de desenvolvimento.

A emergência da pandemia criou desafios adicionais. Governos e organizações tiveram de adaptar as suas estratégias e programas à nova realidade, o que implicou mudanças em alguns dos seus sectores e abordagens prioritárias tradicionais. O financiamento e a atenção às questões de desenvolvimento a longo prazo, tais como redução da pobreza, educação, desenvolvimento de infra-estruturas, abordagem das alterações climáticas e preocupações ambientais, atenção ao género e ao empoderamento das mulheres, monitorização dos direitos humanos, desenvolvimento do sector privado, prevenção de conflitos e construção da paz foram reduzidos.

Em contrapartida, foi dada prioridade às necessidades imediatas, como a prestação de cuidados médicos e apoio económico às populações afectadas pela pandemia. Mais especificamente, as medidas incluíram: apoiar sistemas e infra-estruturas de cuidados de saúde, fornecer equipamento de protecção pessoal, estabelecer medidas de protecção social e estratégias de recuperação económica, facilitar a utilização e desenvolvimento de infra-estruturas e serviços digitais, e mitigar os impactos negativos sobre as populações mais vulneráveis, tais como pequenas e médias empresas, trabalhadores informais e comunidades rurais.

Neste contexto, alguns actores tornaram-se mais importantes, tais como agências internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e organismos regionais como a SEGIB e o PIFCSS. Estas organizações deram orientações sobre as melhores práticas para lidar com a pandemia, bem como assistência financeira e técnica. Além disso, organizações filantrópicas tais como a Fundação Bill e Melinda Gates e a Fundação Rockefeller forneceram financiamento e apoio a

organizações e iniciativas que abordam os impactos da pandemia. Por seu lado, as ONG preencheram lacunas na prestação de serviços, aumentaram a sensibilização para a pandemia e prestaram apoio às comunidades e grupos mais afectados. Em contraste, alguns actores que perderam relevância foram doadores bilaterais tradicionais que tiveram de dar prioridade aos seus recursos e esforços para enfrentar os impactos imediatos da pandemia.

Alguns dos principais desafios para a IDC incluíam o seguinte. A crise económica reduziu os recursos e capacidades à disposição dos governos e organizações para a IDC. Como resultado, o financiamento e a atenção às questões de desenvolvimento a longo prazo acima mencionadas foram reduzidos. Além disso, vários países tiveram de redireccionar os recursos de ajuda para fazer face aos impactos económicos e sanitários imediatos. Por exemplo, alguns países doadores tiveram de desviar recursos da AOD para fazer face a tais impactos. Além disso, o custo da implementação de muitos projectos de desenvolvimento aumentou porque o acesso a bens e serviços necessários se tornou mais difícil, ou porque as restrições de viagem impediram os profissionais do desenvolvimento de viajar e trabalhar nos países em desenvolvimento, ou porque a necessidade de coordenação entre as organizações de ajuda aumentou. Finalmente, a mudança para a digitalização alargou o fosso digital entre países, dificultando o acesso das pessoas com menores capacidades às ferramentas e oportunidades de cooperação que eram oferecidas nas modalidades digital e virtual. Em conjunto, estes desafios aumentaram os obstáculos à abordagem de questões de desenvolvimento a longo prazo e à realização dos ODS.

C. A CSS E CT NA IBERO-AMÉRICA FACE À PANDEMIA

Antes do início da pandemia, a Ibero-América tinha uma estrutura institucional robusta para CSS e CT, composta pelas Cimeiras Ibero-Americanas que tiveram início em 1991 e mantiveram a continuidade; reuniões ministeriais; organizações como SEGIB e PIFCSS, entre outras. Estes organismos desenvolveram ferramentas que fornecem uma base para agendas, planos de acção, estratégias coordenadas e manuais, entre outros instrumentos.

Para além de proporcionar estabilidade à cooperação, uma das características desta estrutura institucional é a sua flexibilidade. Durante a pandemia, a estrutura de cooperação Ibero-Americana mostrou a sua adaptabilidade ao continuar a desenvolver trabalho a diferentes níveis, colaboração técnica e política, reforço de capacidades, agendas de trabalho flexíveis, entre outras acções. Além disso, a estrutura institucional existente foi reforçada com a criação do Fundo Ibero-Americano de Emergência COVID-19 e da Rede Ibero-Americana de Solidariedade e Cooperação na luta contra a COVID-19 para apoiar as necessidades imediatas dos países.

Assim, antes do surgimento da pandemia, a CSS e a CT tinham ganho espaço como um meio de colaboração para os países ibero-americanos enfrentarem os desafios comuns de desenvolvimento. Para promover o crescimento económico e o desenvolvimento, a CSS e a CT na região concentraram-se nas seguintes áreas: promoção do comércio e do investimento para aceder a novos mercados e

oportunidades; colaboração na investigação e desenvolvimento de novas tecnologias e inovações; desenvolvimento de capacidades e assistência técnica; e apoio para enfrentar desafios comuns como a pobreza, a desigualdade e as alterações climáticas.

Antes do início da pandemia, o CCD e a CT já tinham contribuído para reforçar áreas cruciais para enfrentar a crise da COVID-19 a curto, médio e longo prazo. Por exemplo, a SEIGB categorizou as iniciativas de 2018 a 2019 em iniciativas correspondentes às SSC bilaterais (599) e TC (166) em cada um dos seguintes sectores: resposta sanitária, resposta económica, inclusão social, transição ecológica e sustentabilidade, e modernização institucional. Assim, com as mudanças no contexto e desenvolvimento da IDC, ambas as modalidades de cooperação ganharam relevância face aos desafios colocados pela pandemia em várias áreas.

Após a pandemia, as principais áreas de cooperação na Ibero-América centraram-se nas seguintes questões. Na área da saúde, foram apoiadas necessidades sanitárias imediatas, tais como a aquisição de material e equipamento médico, a implementação de sistemas de telemedicina e de saúde digital, e o desenvolvimento, aquisição e distribuição de vacinas contra o VIH/SIDA-19. Na área da recuperação económica, o sector privado e as pequenas e médias empresas (PME) foram apoiados e foram fornecidos estímulos económicos. Na área da protecção social, foi prestado apoio às populações mais vulneráveis afectadas pela pandemia, tais como as pessoas de baixos rendimentos e os trabalhadores informais. Para facilitar a continuidade da educação e da formação, foi prestado apoio à implementação da educação digital e do e-learning. Além disso, para aumentar a eficiência e eficácia das várias acções de cooperação, foram trocadas informações e melhores práticas para gerir e mitigar os impactos da pandemia, e foram utilizadas plataformas e tecnologias digitais. Outras áreas de cooperação incluíam a governação, a construção da paz e a assistência humanitária.

Recentemente, agências internacionais como a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL) advertiram que as regiões requerem uma maior cooperação para recuperar conjuntamente dos efeitos da pandemia da COVID-19. Algumas das questões que a região precisa de abordar em conjunto são a redução das desigualdades, a recuperação do crescimento económico, a abordagem das questões de género, a redução das clivagens digitais e o combate às alterações climáticas. Além disso, o diálogo e a troca de experiências podem multiplicar a eficiência daqueles que tiveram sucesso.

No entanto, apesar da sua afinidade cultural, não é fácil convergir para estratégias e respostas comuns de CSS e CT que promovam um maior crescimento económico e bem-estar da população. Um dos desafios é que, em geral, a pandemia tem afectado todos os países ibero-americanos de diferentes formas, dependendo de uma combinação de factores como o seu nível de desenvolvimento económico, sistemas de saúde, digitalização, estabilidade política e capacidade institucional.

A fim de continuar a fazer progressos no reforço e aprofundamento da CSS e da CT como instrumentos de desenvolvimento económico e social na Ibero-América, esta

região deve continuar a ser consolidada em benefício dos seus países membros. O reforço desta região permitiria criar um espaço sem exclusões no qual os seus países membros poderiam, em primeiro lugar, agir de acordo com os seus princípios e valores comuns. Em segundo lugar, responder conjuntamente e de forma coordenada aos desafios globais. Uma maior cooperação e coordenação entre os países Ibero-Americanos permitir-lhes-ia manter as suas acções alinhadas com a Agenda 2030 e os ODS. Terceiro, conseguir um maior impacto na geração de bens públicos globais, tais como a saúde. Finalmente, criar laços de intercâmbio e solidariedade, através de redes, organizações e agrupamentos, para resolver problemas nas suas sociedades com uma perspectiva ibero-americana.



II. Institucionalidade, cobertura e funcionamento das entidades encarregadas de CSS e CT

Esta secção apresenta o quadro conceptual e analítico deste estudo. Esta secção conceptualiza os elementos transversais essenciais nas respostas que as entidades responsáveis pela SSC e TC na Ibero-América deram aos desafios que lhes foram impostos pela emergência da COVID-19. Este estudo identifica as experiências destas entidades desde que a OMS caracterizou a COVID-19 como uma pandemia em Março de 2020. Como explicado em maior detalhe nas secções sobre metodologia e critérios de selecção de casos, este estudo procura identificar, por um lado, as experiências que contribuíram para abordar os efeitos da COVID-19, incluindo as que tinham sido implementadas anteriormente, as que tiveram de ser adaptadas, e as experiências novas ou inovadoras.

Esta proposta conceptual e analítica procura facilitar a agregação transversal do conhecimento que este estudo gera. Para o conseguir, foram enfrentados dois desafios principais. Por um lado, há uma grande variação nos elementos com os quais diferentes estudos caracterizaram e conceptualizaram os elementos do CCD e do TC. Além disso, estas conceptualizações têm mostrado variações ao longo do tempo (Cardozo, 2021). Além disso, o foco sobre o objecto de estudo é diferente do de estudos anteriores. As experiências das entidades encarregadas de SSC e TC no tratamento da pandemia têm sido variadas e incluem um amplo espectro. Assim, um dos principais desafios deste estudo foi desenvolver uma categorização transversal destas experiências que fosse consistente com outros estudos e, em segundo lugar, que permitisse uma análise útil tanto dos aspectos que se referem ao funcionamento destas entidades como daqueles que são mais relevantes para as actividades que realizam.

Assim, este estudo propõe uma categorização que inclui duas componentes. Em primeiro lugar, as funções e actividades das entidades responsáveis pela cooperação nos países. Este estudo adapta a classificação das funções do Estudo Comparativo de 16 Agências de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Inputs for Analysis and Reflection (Cervantes, et al., 2018). Em segundo lugar, é coerente com as categorias de modalidades de cooperação, tipos de iniciativas e classificação sectorial explicadas na mais recente Relatório sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020 (SEGIB, 2020). Assim, as modalidades de cooperação estudadas incluem CSS bilaterais e regionais, e TC. Os tipos de iniciativas estudadas incluem as iniciativas aplicáveis a cada modalidade de

cooperação: acções (CSS bilateral, CT), projectos e programas (CSS regional). Em termos gerais, a classificação sectorial inclui os 30 sectores de actividade mencionados pela SEIGB (2020) em termos de áreas sociais, infra-estruturas e serviços económicos, sectores produtivos, reforço institucional, ambiente e outras áreas de acção.

A fim de sistematizar as iniciativas estudadas, esta proposta desagrega três dimensões: institucional, cobertura e operacional. Estas dimensões são adaptadas de estudos anteriores de experiências de integração em áreas comerciais, técnicas, de cooperação, institucionais e outras desenvolvidas por países latino-americanos e pelos seus parceiros regionais e extra-regionais de 1982 a 2020 (Fuentes-Sosa, 2022a; Fuentes-Sosa, 2022b). A primeira dimensão inclui as instituições que as entidades responsáveis pelo SSC e TC criam para gerir e coordenar as suas funções e actividades, e em alguns casos os seus projectos, programas e iniciativas específicas. A dimensão de cobertura considera questões, áreas e sectores abordados pelas entidades responsáveis pela cooperação e os incluídos nas suas iniciativas, acções, projectos, iniciativas e outras modalidades e actividades. A dimensão operacional inclui os acordos e mecanismos pelos quais as entidades gerem as suas funções e as actividades de que necessitam para levar a cabo os seus próprios processos. Inclui também os mecanismos que utilizam para implementar e desenvolver as suas actividades nas diferentes modalidades de cooperação que existem. O objectivo destes mecanismos é permitir que os países cumpram os objectivos acordados.

A categorização apresentada esquematicamente nesta secção caracteriza de forma transversal dimensões-chave no funcionamento e actividades das entidades responsáveis pelas CSC e CT na Ibero-América. Esta categorização permite identificar, através dos aspectos mais relevantes, os que favoreceram ou apresentaram obstáculos na resposta das entidades aos efeitos da pandemia. Também permite identificar os aspectos que influenciaram a rapidez da resposta aos efeitos da pandemia. O objectivo é que a sua sistematização e análise permita, em primeiro lugar, obter uma visão geral destas respostas e, em segundo lugar, aproveitar ao máximo as lições aprendidas, as boas práticas implementadas, e a revisão dos aspectos que impediram uma resposta adequada ou atempada aos efeitos da pandemia. O quadro 1 abaixo apresenta os critérios iniciais a avaliar em cada uma das três dimensões descritas.

Tabela 1. Categorias analíticas de funções e actividades das entidades encarregadas de CSS y CT

Institucional	Cobertura	Operacional
Desenvolvimento e reforço institucional Criação formal de agências e outros organismos Abordagem orientada para a procura Mecanismos de articulação/ coordenação com: a. Outras entidades encarregadas da cooperação. b. Instituições e agências estatais c. Sociedade civil d. Iniciativa privada e. Organizações internacionais Modernização institucional Mecanismos de adaptabilidade Outros	Social Educação Saúde População e saúde reprodutiva Outras políticas públicas Infra-estrutura/serviços económicos Energia Transporte e armazenamento Comunicações Ciência e tecnologia Banca e finanças Emprego Empresas Sectores productivos Extractivo Agricultura, Silvicultura e Pesca Construção Indústria Turismo Comércio Meio Ambiente Meio Ambiente Gestão de catástrofes Reforço das instituições públicas Instituições e políticas públicas Gestão das finanças públicas Desenvolvimento jurídico e judicial e direitos humanos Participação política e sociedade civil Paz, segurança pública, segurança nacional e defesa Outros domínios Cultura Género	Acesso à informação Aprendizagem de gestão conjunta Comunicação orientada para o consenso Eficácia das iniciativas Eficiência na utilização dos recursos Gestão partilhada para resultados Liderança receptora Mecanismos de flexibilidade Resultados partilhados Sustentabilidade das acções Visibilidade

III. Abordagem metodológica

Este estudo procura fornecer, em primeiro lugar, uma visão geral da forma como a COVID-19 afectou o trabalho e o funcionamento das instituições, agências e organismos internacionais responsáveis pelo SSC e TC na Ibero-América. Em segundo lugar, fornecer informações sobre as experiências destas entidades, dado que a CSS e a CT são desenvolvidas em grande medida através do intercâmbio de conhecimentos, boas práticas e experiências entre países. O estudo envolveu entidades responsáveis pela cooperação internacional nos 17 países seguintes (ver Anexo II): Andorra, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai.

Este documento foi desenvolvido em estreita comunicação com o PIFCSS. A fim de elaborar o estudo, foi concebido um calendário de trabalho que incluía a construção do quadro conceptual e analítico, a selecção da abordagem metodológica, e estratégias de recolha e análise de dados. As secções anteriores fornecem uma visão geral da COVID 19 na Ibero-América e do estado do sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento. Esta secção explica esquematicamente o desenvolvimento metodológico, considerando seis fases nas principais estratégias de recolha, organização e análise de dados.

Fase 1. Revisão documental. Foi compilada e analisada informação pública disponível nos relatórios e websites públicos de organizações internacionais e regionais e de instituições e agências responsáveis pelo SSC e TC. Nesta fase, primeiro, foi feita uma revisão da informação disponível sobre os efeitos da pandemia no trabalho destas entidades e a forma como responderam a esses efeitos. Em segundo lugar, foram identificadas questões-chave a fim de formular um questionário e entrevistas de concepção a serem enviadas ao pessoal das entidades acima mencionadas. Em terceiro lugar, com o apoio do PIFCSS, foi realizado um levantamento dos actores relevantes dentro de cada agência, instituição e organização que poderiam fornecer informações relevantes para este estudo.

Fase 2. Viabilidade. O risco inicialmente identificado para o desenvolvimento deste estudo é a possível falta de informação resultante da perturbação dos fluxos de informação devido à pandemia. Por este motivo, serão incluídas tantas e tão variadas experiências quanto possível dos questionários e entrevistas com académicos, gestores e profissionais das entidades estudadas.

Fase 3. Concepção de instrumentos. Os questionários e entrevistas foram concebidos para recolher informações específicas sobre como a pandemia afectou o trabalho das organizações participantes no estudo e como lidaram com estas mudanças. Em segundo lugar, foi concebida a estratégia de recolha de informação a partir dos questionários e entrevistas.

Fase 4: Questionários. O questionário desenvolvido na Fase 2 foi enviado aos intervenientes relevantes em cada agência, instituição e organização. A ligação com estas partes interessadas foi feita através do PIFCSS, por meio de uma carta que descreve as motivações e os objectivos do estudo. Com base na informação recolhida nestes questionários, foram preenchidas lacunas na informação pública revista (Fase 1) para desenvolver um levantamento preliminar de como a pandemia afectou o trabalho das instituições, agências e organizações e como estas foram capazes de enfrentar (ou não) estes desafios. Com esta informação, foram identificadas áreas de interesse, que foram mais exploradas em entrevistas com os actores relevantes também identificados na Fase 1.

Fase 5. realização de entrevistas. Com base no mapa preliminar (Fase 2), foram realizadas entrevistas com as partes interessadas relevantes. Foram também realizadas entrevistas com pessoal académico da região especializado em cooperação internacional para o desenvolvimento. As entrevistas centraram-se na satisfação de dois objectivos principais. Primeiro, para corroborar a informação recolhida na revisão documental (Fase 1) e nos questionários (Fase 4). Segundo, recolher informações não públicas sobre aspectos específicos da resposta de cada agência e organização aos efeitos da COVID 19 e como esta afectou o seu trabalho.

Fase 6. síntese geral e selecção de experiências. Foram estudadas informações provenientes de análises documentais e de informação ao público (Fase 1), questionários (Fase 4) e entrevistas (Fase 5). A informação obtida nas três fases foi analisada e integrada numa síntese geral dos principais efeitos da pandemia e das respostas a eles dadas pelas agências de cooperação estudadas. Em segundo lugar, foram elaboradas tabelas para organizar experiências específicas do trabalho dos actores relevantes. A subsecção seguinte, "Experiências seleccionadas", explica como estas experiências foram organizadas.

Fase 7: Síntese e análise reflexiva. As respostas das entidades do CCD e da CT na região foram revistas em termos de boas práticas, lições aprendidas, e áreas de oportunidade na forma como as entidades de cooperação lidaram com os efeitos da pandemia. Os diferentes participantes, temas e sectores foram sintetizados de forma reflexiva e transversal, a fim de aproveitar ao máximo os conhecimentos gerados durante o desenvolvimento deste estudo.

IV. Análise. As experiências das entidades CSS e CT face à pandemia

Embora a maioria dos países tenha relatado situações invulgares ou inesperadas na sequência da pandemia, Andorra, Peru, Guatemala e Chile não relataram situações invulgares ou inesperadas e o México não tinha informações que pudessem confirmar que tais situações tinham ocorrido. No entanto, **Todas as entidades do CSS e da CT nos países participantes, com excepção do Peru, consideraram que a pandemia teve efeitos moderadamente fortes a muito fortes nos aspectos institucionais, de cobertura e operacionais.** Estes efeitos dificultaram tanto o funcionamento como as actividades destas entidades. O Panamá e o Uruguai deram o maior peso possível à sua avaliação do impacto. O Peru informou que a pandemia praticamente não afectou o funcionamento e o trabalho da sua agência, uma vez que continuou a atender às suas funções, mantendo a coordenação de novas iniciativas e dando prioridade e adaptando as que poderiam ser atendidas virtualmente.

Tal como explicado na secção anterior, a fim de sistematizar e analisar as experiências estudadas, esta proposta desagrega três dimensões: institucional, cobertura e operacional. A primeira dimensão inclui as instituições criadas pelos organismos responsáveis pelo CCD e TC para desempenharem as suas funções e actividades; a segunda inclui a cobertura de questões, áreas e sectores; finalmente, a terceira considera os mecanismos que permitem que os organismos responsáveis pela cooperação funcionem tanto em termos das suas funções como das suas actividades.

Como se pode ver na Tabela 2, a maioria dos aspectos que as entidades participantes neste estudo consideraram ter afectado o seu funcionamento e actividades concentraram-se em aspectos da dimensão operacional. Em contraste, apenas três e quatro entidades reportaram efeitos negativos em aspectos directamente relacionados com a dimensão institucional: reforço institucional e governação interna. O quadro seguinte apresenta, por ordem decrescente, os aspectos que as entidades responsáveis pelo COVID-19 relataram ter sido mais afectadas pela irrupção da COVID-19:

Tabela 2. Funções e actividades mais afectadas

Aspectos mais afectados	Entidades encarregadas de CSS e CT
Gestão, execução e implementação	15
Monitorização e avaliação	9 (53%)
Mecanismos para o desenvolvimento de capacidades, transferência e acesso à informação e conhecimento	7 (41%)
Visibilidade das acções e iniciativas	7 (41%)
Planeamento	5 (29%)
Governança interna (por exemplo, coordenação de órgãos colegiais)	4 (24%)
Estratégias de cooperação	4 (24%)
Reforço institucional	3 (18%)
Transparência e responsabilidade	2 (12%)

O tabela 3 abaixo apresenta a lista de sectores nos quais o trabalho realizado antes da pandemia ajudou a enfrentar os efeitos da COVID-19. Neste caso, a dimensão institucional (modernização institucional) ocupa um lugar importante, juntamente com áreas como a inclusão social ou a resposta sanitária, que foram mais claramente identificadas como áreas de atenção urgente face à emergência pandémica.

Tabela 3. Questões e sectores que facilitaram o tratamento da pandemia

Temas	Entidades encarregadas de CSS e CT
Inclusão social	12 (70%)
Resposta sanitária	11 (65%)
Modernização institucional	10 (59%)
Resposta económica	9 (53%)
Gestão de catástrofes	7 (41%)
Ambiente	5 (29%)

As subsecções seguintes fornecem mais informações sobre os aspectos incluídos nas Tabelas 2 e 3. A informação é categorizada em dimensões institucionais, operacionais e horizontais (cobertura) para facilitar a análise transversal.

A. DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Em geral, o trabalho prévio de reforço institucional foi um dos aspectos que contribuiu para que as entidades responsáveis pela CSS e CT estivessem mais aptas a enfrentar os desafios gerados pela pandemia. Por exemplo, a existência de instituições sólidas permitiu-lhes estabelecer relações coerentes com outras entidades estatais, com os seus parceiros internacionais e com os seus compromissos regionais e globais. Em geral, os países declararam que as actividades das suas agências do CCD para lidar com a pandemia eram coerentes com a estratégia dos seus Estados - na qual havia geralmente uma ênfase, por razões óbvias, em questões relacionadas com a saúde e a recuperação social e económica.

Neste sentido, a Costa Rica fez uma pausa em alguns projectos e implementou uma política de contenção de custos que lhe permitiu continuar a funcionar sem comprometer o funcionamento institucional. Por seu lado, o Panamá desenvolveu um mecanismo de colaboração e coordenação interinstitucional que incluiu as diferentes entidades envolvidas na gestão de donativos e vários organismos nacionais, tais como alfândegas, migração e instituições que recebem cooperação. Este mecanismo ajudou a lidar mais eficientemente com as necessidades extraordinárias causadas pela pandemia.

Em termos gerais, o trabalho foi coordenado entre instituições e mesmo com o sector privado. Contudo, em alguns casos houve dificuldades na coordenação interinstitucional e o funcionamento de vários mecanismos institucionais foi afectado. Por exemplo, o Uruguai informou que em 2020 não havia Comissões Conjuntas, mesmo virtualmente, uma vez que os países da região estavam a reestruturar o seu CCD e CT e a redefinir as suas prioridades devido à pandemia. Embora trabalhando remotamente atrasaram os processos internos e externos de atenção ao sector público, fontes cooperantes e o corpo diplomático, as entidades participantes neste estudo salientaram que, graças às fundações institucionais existentes, voltaram gradualmente à normalidade. Em geral, os países declararam que as actividades das suas agências do CCD para lidar com a pandemia eram consistentes com a estratégia dos seus Estados - na qual havia geralmente uma ênfase, por razões óbvias, em questões relacionadas com a saúde e a recuperação social e económica.

Neste sentido, a Costa Rica fez uma pausa em alguns projectos e implementou uma política de contenção de custos que lhe permitiu continuar a funcionar sem comprometer o funcionamento institucional. Por seu lado, o Panamá desenvolveu um mecanismo de colaboração e coordenação interinstitucional que incluiu as diferentes entidades envolvidas na gestão de donativos e vários organismos nacionais, tais como alfândegas, migração e instituições que recebem cooperação. Este mecanismo ajudou a lidar mais eficientemente com as necessidades extraordinárias causadas pela pandemia.

Em termos gerais, o trabalho foi coordenado entre instituições e mesmo com o sector privado. Contudo, em alguns casos houve dificuldades na coordenação interinstitucional e o funcionamento de vários mecanismos institucionais foi afectado. Por exemplo, o Uruguai informou que em 2020 não havia Comissões Conjuntas, mesmo virtualmente, uma vez que os países da região estavam a reestruturar o seu CCD e CT e a redefinir as suas prioridades devido à pandemia. Embora o trabalho remoto tenha atrasado os processos internos e externos para o sector público, fontes cooperantes e o corpo diplomático, as entidades participantes neste estudo observaram que, graças às fundações institucionais em vigor, se verificou um regresso gradual à normalidade.

Em termos de compromissos institucionais com as agendas de desenvolvimento global, existe um quase consenso de que a pandemia afectou a realização dos ODS, embora em diferentes países isto tenha acontecido em diferentes graus. Portugal faz uma observação importante: a crise sanitária não conhecia fronteiras, arrastando o mundo para uma crise económica, que era mais grave em países que já se encontravam numa situação vulnerável. A pandemia também levou a uma maior centralização do poder e a uma crise da democracia e dos direitos humanos em muitas geografias. Assim, este cenário não só aumentou a divisão económica, digital e de acesso à saúde, mas também o acompanhamento dos ODS e outras agendas de desenvolvimento global.

Entre os factores causados pela pandemia que afectaram a realização dos ODS prioritários estão: a suspensão de eventos de diferentes tipos, que muitos recursos tiveram de ser desviados para mitigar os efeitos da pandemia e para apoiar a emergência sanitária, e que os trabalhadores humanitários tiveram de regressar aos seus países para ajudar nas acções contra a pandemia. Vários países mencionaram que não sabem até que ponto os ODS foram afectados porque ainda não têm um relatório de impacto ou porque não existe um instrumento para o medir. Os inquiridos de outros países inferiram que, embora se saiba que houve um impacto, o impacto preciso não é conhecido. De qualquer modo, a maioria dos países informa que, à medida que a situação se estabilizou, uma vez que a vacinação ganhou impulso e as restrições à entrada nos países foram parcial ou totalmente levantadas, o ritmo e a diversidade dos projectos de cooperação destinados a alcançar os ODS foram retomados.

B. COBERTURA DE QUESTÕES E SECTORES

A emergência da pandemia deslocou o foco do trabalho para questões relacionadas com a pandemia em quase todas as entidades que participaram no estudo. Apenas a Argentina não comunicou alterações substanciais. Embora em graus variáveis dependendo do país, em geral, foi dada maior ênfase aos sectores que envolveram a atenuação dos efeitos da pandemia, principalmente a saúde. Assim, as questões relacionadas com a saúde estavam onde se concentrava a maior parte do trabalho. Houve também esforços importantes na recuperação social e reactivação económica.

Em El Salvador, Chile, Guatemala, México e Uruguai, o trabalho continuou nos sectores habituais, com ênfase na saúde. Por exemplo, o Chile informou que se centrou na formação de capital humano para contribuir para a crise sanitária, e alguns fundos foram destinados a atenuar os efeitos da crise sanitária. Por seu lado, o México indicou que os sectores onde o trabalho da AMEXCID estava concentrado eram os cuidados de saúde e prevenção, a investigação biomédica e a investigação de vacinas. Do mesmo modo, em Cuba, concentraram-se no apoio à investigação e desenvolvimento de vacinas e medicamentos necessários. Também favoreceram acções de cooperação com outros países do Sul nos domínios da cooperação técnica e científica e dos serviços de saúde relacionados com a luta contra o Covid-19. Na República Dominicana, o trabalho da VIMICI deu prioridade ao sector da saúde, bem como ao apoio à aquisição de material médico e à assistência técnica. Em Portugal, foi necessário reforçar o sector da saúde para apoiar a luta contra a pandemia nos países parceiros.

No Equador, Panamá, Paraguai e Peru, foram relatadas mudanças nos sectores que tradicionalmente recebiam mais atenção porque outros sectores eram priorizados para apoiar a resposta à pandemia. Em geral, os sectores mais afectados foram a educação, a economia, a protecção social e o turismo. Por exemplo, o pessoal do Panamá relatou que, nos momentos mais críticos da pandemia, as acções de cooperação regular foram minimizadas e quase não houve actividade nos sectores do ambiente, turismo, cultura e desporto. Apenas a Argentina não comunicou alterações substanciais. Embora em graus variáveis dependendo do país, em geral, foi dada maior ênfase aos sectores que envolveram a atenuação dos efeitos da pandemia, principalmente a saúde. Assim, as questões relacionadas com a saúde estavam onde se concentrava a maior parte do trabalho. Houve também esforços importantes na recuperação social e reactivação económica.

Em El Salvador, Chile, Guatemala, México e Uruguai, o trabalho continuou nos sectores habituais, com ênfase na saúde. Por exemplo, o Chile informou que se centrou na formação de capital humano para contribuir para a crise sanitária, e alguns fundos foram destinados a atenuar os efeitos da crise sanitária. Por seu lado, o México indicou que os sectores onde o trabalho da AMEXCID estava concentrado eram os cuidados de saúde e prevenção, a investigação biomédica e a investigação de vacinas. Do mesmo modo, em Cuba, concentraram-se no apoio à investigação e desenvolvimento de vacinas e medicamentos necessários. Também favoreceram acções de cooperação com outros países do Sul nos domínios da cooperação técnica e científica e dos serviços de saúde relacionados com a luta contra o Covid-19. Na República Dominicana, o trabalho da VIMICI deu prioridade ao sector da saúde, bem como ao apoio à aquisição de material médico e à assistência técnica. Em Portugal, foi necessário reforçar o sector da saúde para apoiar a luta contra a pandemia nos países parceiros.

No Equador, Panamá, Paraguai e Peru, foram relatadas mudanças nos sectores que tradicionalmente recebiam mais atenção porque outros sectores eram priorizados para apoiar a resposta à pandemia. Em geral, os sectores mais afectados foram a educação, a economia, a protecção social e o turismo. Por

exemplo, o pessoal do Panamá relatou que, nos momentos mais críticos da pandemia, as acções de cooperação regular foram minimizadas e quase não houve actividade nos sectores do ambiente, turismo, cultura e desporto.

Devido às restrições à circulação impostas pela pandemia, a tecnologia foi também uma questão importante, uma vez que tiveram de ser implementados meios virtuais para substituir as viagens e reuniões cara-a-cara. Por exemplo, Portugal observou que as actividades que requerem viagens intercontinentais foram severamente afectadas. A este respeito, a Colômbia observou que deu prioridade a áreas de digitalização, governo electrónico e ciência, tecnologia e inovação. Foram também realizados intercâmbios virtuais, tais como workshops, formações e seminários em vários países. Finalmente, vários países mencionaram que as entidades responsáveis pelo CCD e pelo TC deram particular atenção às populações vulneráveis dentro dos seus estados e com os seus parceiros. A nível local, foram criados espaços para identificar as necessidades mais urgentes e prioritárias, para que, com base neste conhecimento, se pudesse negociar apoio SSC e TC para as populações mais vulneráveis. Andorra, como fornecedora de cooperação, comentou que a educação das raparigas e das mulheres se tornou ainda mais prioritária porque elas foram as mais afectadas pela pandemia nesta área. A Argentina comentou que o seu Ministério dos Negócios Estrangeiros centrou os seus esforços em questões de importância nacional: desnutrição infantil, crise de saúde e segurança). Por seu lado, em El Salvador, o enfoque foi principalmente na atenção à população vulnerável sob a abordagem de três pilares prioritários de atenção: bem-estar social, reactivação económica e segurança pública. Em vários países, foram também assinados acordos de cooperação para abordar, entre outras questões, a doação de vacinas e a sensibilização para a vacinação nas comunidades indígenas. Em geral, na região Ibero-Americana, foi noticiado que a assistência financeira humanitária aos países das Caraíbas e da América Central aumentou.

C. DIMENSÃO OPERACIONAL

Em geral, as entidades responsáveis pela SSC e TC relataram impactos tanto estratégicos como operacionais. Os principais problemas foram a falta de recursos e as dificuldades na realização de actividades que exigiam uma presença presencial. Estes problemas levaram a atrasos e atrasos ou suspensão de actividades já programadas. Em contraste, um aspecto da continuidade foi a cobertura geográfica das organizações. Além disso, a rede de parceiros com os quais as entidades colaboraram antes da pandemia também se manteve geralmente estável.

Os países implementaram políticas de contenção de custos para mitigar o défice económico resultante da pandemia, o que significava que por vezes tinham de trabalhar com recursos limitados. Como o orçamento teve de ser utilizado para fazer face à pandemia, várias actividades das entidades responsáveis pelo CCD e pelo TC foram afectadas. Com algumas excepções, como a Guatemala e o Peru, em geral, os recursos para a cooperação foram afectados. As entidades tinham de ser mais eficientes na utilização dos recursos que se tornaram disponíveis. Os recursos foram utilizados de forma diferente do previsto: em alguns casos, foram utilizados

para cobrir despesas invulgares relacionadas com a emergência sanitária, tais como voos humanitários ou pagamentos de importação de donativos. Houve também limitações no talento humano e despesas relacionadas com a adaptação do trabalho à virtualidade. O impacto nos recursos disponíveis para a cooperação gerou uma forte perda de eficiência operacional com a emergência pandémica.

A flexibilidade no funcionamento e actividades das entidades de cooperação foi importante para limitar a perturbação causada pela redução e redireccionamento de recursos. Por exemplo, os países doadores descobriram que, em casos de financiamento previamente autorizado, as despesas por vezes não se realizavam porque não havia oportunidade de realizar actividades cara-a-cara que já tinham sido programadas. Estes países informaram que redireccionaram estes recursos para múltiplos projectos de ONG que já operam no território dos países beneficiários e que visavam limitar a expansão da COVID-19.

Na mesma linha, ofereceram uma cooperação sob a forma de assistência humanitária destinada a apoiar os seus parceiros na região da América Latina e das Caraíbas. Neste sentido, o Ministério dos Negócios Estrangeiros equatoriano geriu um aumento dos fluxos de ajuda humanitária. Por seu lado, El Salvador informou que conseguiu redireccionar os fundos de cooperação negociando com os seus parceiros critérios de flexibilidade para a execução de projectos em relação ao que estava inicialmente previsto.

Do mesmo modo, alguns países não estavam preparados para enfrentar imediatamente a emergência sanitária por si sós. Entre os principais problemas, não dispunham do material e equipamento médico necessário para adaptar o seu sistema de saúde ao que era necessário, nem eram capazes de lidar com os efeitos económicos relacionados com a assistência social para a população mais vulnerável. A experiência de Cuba destaca-se a este respeito. Ao contrário da maioria dos países, e com base na sua experiência anterior em prevenção e controlo epidemiológico de outras doenças como a dengue, Cuba trabalhou na formação em técnicas laboratoriais e outras acções relacionadas com a concepção de um protocolo sanitário para o controlo da COVID-19 antes da chegada da doença à ilha. Esta situação permitiu-lhe modificar as acções e o funcionamento das suas entidades de cooperação a fim de colaborar em diferentes modalidades de cooperação com os seus parceiros de saúde. Finalmente, os países enfrentaram dificuldades adicionais não directamente relacionadas com a saúde, mas que também afectaram o funcionamento das CSS e das entidades de CT na região. Por exemplo, a impossibilidade de contratar traduções e operadores logísticos apresentou inúmeros problemas para alguns programas e gerou atrasos na realização de actividades programadas dentro dos ciclos orçamentais estipulados.

Os problemas que a pandemia gerou nos aspectos operacionais reflectiram-se em atrasos no funcionamento e nas actividades das entidades responsáveis pelo CCD e pelo TC. Uma das principais razões apontadas para os atrasos foi a necessidade de mudar a forma de trabalhar de cara a cara para virtual. Esta mudança na modalidade de trabalho teve uma série de implicações, tais como lidar com os custos de mudança associados, numa altura em que os recursos financeiros eram escassos devido à necessidade de lidar com as

necessidades básicas da emergência sanitária. Foi também necessário formar pessoal nas novas formas de trabalho, por vezes num ambiente onde faltavam os meios (plataformas, conectividade, entradas tecnológicas, fluidez da rede) e o tempo para o fazer. A falta de tempo para novas actividades de capacitação cooperativa foi particularmente grave para o pessoal de saúde, dadas as exigências que lhes foram impostas pela própria pandemia.

Em geral, houve atrasos no planeamento estratégico anual. Ao passar do trabalho cara a cara para o trabalho virtual, as actividades tiveram de ser reestruturadas para as tornar virtuais sempre que possível e para interromper o que exigia a presença no terreno. Por exemplo, a presença presencial foi necessária para a correcta transferência de conhecimentos, especialmente em assuntos de laboratório. Alguns projectos foram interrompidos, temporariamente suspensos, tiveram o seu objectivo original alterado ou tiveram de ser prolongados. O Uruguai informou que a restrição da mobilidade significava que todos os projectos CSS aprovados ao abrigo dos programas bilaterais tinham de ser reformulados, com muitos aspectos repensados, a fim de evitar o cancelamento. Por seu lado, a Colômbia relatou um atraso na implementação de programas de cooperação, uma perda de interesse por parte das entidades executoras no desenvolvimento de actividades na modalidade virtual, bem como a transformação, em alguns casos, da troca de experiências para um mero envio de relatórios e apresentações sem feedback.

Por outro lado, quase todos os implementadores de SSC e TC continuaram a trabalhar com os mesmos parceiros e áreas geográficas que antes da pandemia. Houve, contudo, algumas excepções, como o Peru, El Salvador e a República Dominicana, que estabeleceram relações com novos parceiros, tirando partido dos benefícios de trabalhar virtualmente. No caso de Cuba, desde a emergência, tem prestado cooperação na área da saúde a Andorra e Itália, passando do papel de receptor para o de fornecedor neste último caso. A Colômbia reforçou as suas acções com a América Latina e as Caraíbas, como zona de influência hemisférica e geopolítica, para transacções relacionadas com a cooperação para fazer face à emergência sanitária. Portugal apresentou uma expansão geográfica ao responder a pedidos de financiamento de vacinas de novos países através da COVAX e apoiou várias organizações de implementação do ACT-Accelerator.

Em contraste, houve também iniciativas de cooperação que foram suspensas em algumas áreas geográficas devido a dificuldades em avançar com actividades virtuais e à impossibilidade de realizar missões presenciais, como no caso da Colômbia com África e Ásia.

V. Adaptabilidade em resposta à pandemia

COVID-19 foi uma crise com uma tripla dimensão: sanitária, económica e social, que exigiu respostas e acções de cooperação que envolveram os diferentes actores participantes nos Sistemas Nacionais de Cooperação Internacional e as diferentes organizações regionais e internacionais. A cada nível, estes actores levaram a cabo acções para reforçar as capacidades dos países da região no seu impulso para o desenvolvimento sustentável e na mitigação dos efeitos da pandemia.

Esta secção apresenta primeiro uma visão geral do amplo contexto de respostas aos efeitos da pandemia a partir dos níveis das organizações regionais e dos governos nacionais. A subsecção seguinte ilustra esquematicamente como as entidades e organismos responsáveis pela CSS e CT na Ibero-América responderam aos desafios apresentados pela emergência pandémica, tornando o seu trabalho e funcionamento mais flexíveis. Como descrito acima, foi muito difícil levar a cabo novas iniciativas, acções, programas ou projectos devido às restrições a todos os tipos de recursos que a emergência impôs a estas entidades e à incerteza quanto à forma como a COVID-19 poderia evoluir. Contudo, em todos os casos, as entidades participantes neste estudo adaptaram de forma criativa os recursos e estruturas que já possuíam em diferentes modalidades de cooperação para responder aos desafios colocados pelo contexto de emergência e, subsequentemente, para progredir na recuperação do desenvolvimento económico e social da região.

Dada a escala da pandemia e a força com que atingiu os países, a maior parte das respostas de longo alcance da cooperação Sul-Sul vieram dos níveis centrais e superiores de governo. Assim, na Ibero-América, os governos estabeleceram numerosas iniciativas de colaboração e outras formas de cooperação internacional, incluindo a CSS. A maioria destas acções centrou-se nas áreas de atenção mais urgentes, tais como a colaboração no desenvolvimento de vacinas e a doação de vacinas e de material médico. Exemplos da cooperação Sul-Sul entre países latino-americanos para responder à pandemia da COVID-19 incluem o acordo entre a Argentina e o México para participarem conjuntamente na produção e distribuição da vacina desenvolvida pelo laboratório AstraZeneca para toda a região - excepto o Brasil, que fez um acordo separado - e o envio de equipas médicas para vários países da região para ajudar na resposta à pandemia de Cuba, que também forneceu formação e assistência técnica a outros países.

Os organismos regionais também desempenharam um papel importante na resposta à crise da COVID-19. As diferentes agências tiveram de se adaptar às novas circunstâncias e desenvolver um novo repertório de respostas e instrumentos para ajudar as necessidades dos países membros, fazendo uso da criatividade e adaptabilidade que tinham à sua disposição como organizações. Assim, organizações como a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), o Sistema Económico Latino-americano (SELA), a Aliança do Pacífico, a Comunidade dos Estados da América Latina e Caraíbas (CELAC), o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), reforçaram o seu trabalho coordenado e a sua experiência em cooperação, procurando gerar soluções conjuntas para problemas comuns.

Assim, em resposta à crise da COVID-19, os vários organismos regionais trabalharam, entre outras questões, em áreas como a oferta de assistência técnica e financeira aos países membros para os ajudar a responder à pandemia, incluindo o financiamento de sistemas de cuidados de saúde e equipamento médico, bem como o apoio ao desenvolvimento de políticas e programas de saúde pública. Também trabalharam para promover a cooperação e coordenação entre os países membros para os ajudar a responder mais eficazmente à crise. Também facilitaram o intercâmbio de informações e melhores práticas entre os países membros e promoveram a coordenação de medidas para enfrentar os problemas trazidos pela pandemia. Apoiaram também a implementação de medidas económicas e sociais para ajudar a mitigar o impacto da crise na população, especialmente nos grupos mais vulneráveis.

Após o auge da pandemia, a cooperação regional continuou a ser uma prioridade importante para os países ibero-americanos, tendo sido feitos esforços importantes em várias áreas-chave, incluindo as seguintes:

Saúde. Apoio às necessidades sanitárias imediatas da região afectada pela pandemia, tais como a aquisição de material e equipamento médico, bem como para o desenvolvimento e distribuição de vacinas COVID-19.

Recuperação económica. O estímulo económico e o apoio a medidas de recuperação, o sector privado e as pequenas e médias empresas (PME) afectadas pelo abrandamento económico causado pela pandemia.

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e financiamento da recuperação. Apoiar a realização dos ODS e o financiamento da recuperação de uma forma sustentável e inclusiva, abordando não só as necessidades imediatas mas também os problemas estruturais que têm sido exacerbados pela pandemia.

Alívio da dívida. Como muitos países da região têm enfrentado um aumento do peso da dívida na sequência da recessão económica causada pela pandemia e pelo aumento das taxas de juro.

Plataformas e tecnologia digital. Prestar assistência ao desenvolvimento e promover uma cooperação internacional mais eficiente e eficaz através da utilização de plataformas e tecnologia digital.

Integração regional. Promoção do comércio e do investimento entre os países ibero-americanos, bem como apoio à integração destes países na economia global.

Protecção social. Apoio às populações mais vulneráveis afectadas pela pandemia, bem como às famílias de baixos rendimentos e aos trabalhadores informais.

As secções seguintes apresentam exemplos do trabalho que foi realizado a nível regional e nas agências e instituições dos países responsáveis pelo CCD e pelo TC. Estes exemplos foram destacados pelas instituições participantes no estudo como sendo os mais relevantes para enfrentar os vários desafios enfrentados pela COVID-19. Os exemplos incluem dois tipos de experiências destas entidades: revisões dos seus processos internos para responder à nova situação e a reformulação ou expansão dos projectos existentes, tendo em conta as complexidades geradas pelo surgimento da COVID. Em ambos os tipos de experiências, os actores envolvidos expandiram ou reviram as suas agendas temáticas e mecanismos de trabalho de acordo com a nova realidade.

A. ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

No contexto da crise sanitária, social e económica na Ibero-América, o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) lançou em 2020 a iniciativa "Parceiros face à COVID-19", através da qual foram financiados projectos de intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os países ibero-americanos, a fim de reforçar as capacidades institucionais em resposta à pandemia.

Em resposta à crise da COVID-19, os países membros decidiram alargar temporariamente o âmbito e as modalidades de implementação deste Mecanismo, a fim de facilitar a implementação de iniciativas e responder aos desafios e necessidades presentes no actual contexto de emergência da COVID-19.

O ECHSM centrou-se em responder aos desafios da pandemia, permitindo aos países apresentar propostas individuais devido às dificuldades em termos de mobilidade humana entre países e às circunstâncias excepcionais da época. No entanto, as modificações introduzidas visavam manter o alinhamento com os objectivos estratégicos do Programa. De facto, a principal consideração foi a necessidade de reforçar as ligações entre as entidades líderes com as instituições sectoriais e os governos subnacionais/locais que foram especialmente convidados a participar.

Os países poderiam fazer propostas individuais (até 10.000 USD) ou em conjunto com outros países (até 15.000 USD). As propostas poderiam incluir as seguintes modalidades: projectos, acções específicas, contratação de consultores técnicos, formação académica através de cursos curtos e aquisições específicas necessárias para a implementação de iniciativas.

Resultados dos convites à apresentação de propostas "Parceiros versus COVID-19"

Através dos seus convites à apresentação de propostas de 2020 e 2021 e 2022, a iniciativa "Parceiros face à COVID-19" financiou 27 iniciativas de agências e instituições de cooperação internacional, organizações sectoriais e governos locais com o objectivo de responder aos desafios e necessidades da emergência e crise causada pela pandemia da COVID-19.

As diferentes iniciativas trataram de questões relacionadas com Biossegurança nos centros educativos, Reforço da Saúde Digital, Agricultura Familiar, Planeamento Territorial, Reativação Económica Pós-COVID-19, Ciência e Tecnologia, Gestão de Riscos e Assistência Humanitária, Trabalho no Sistema de Transportes Públicos, Gestão Inicial da Falha Respiratória Aguda, Reativação do Turismo Pós-Pandémico, Saúde Mental e Adaptação dos Centros de Cuidados da Primeira Infância, entre outros.

Lista de MECSS COVID 19

Desde 2020, começou a implementação da versão MECSS de "Partners Facing COVID", onde 27 projectos foram implementados com o objectivo de enfrentar as consequências da pandemia de COVID-19, que são apresentadas abaixo:

N.º	Ano	País solicitante	País fornecedor	Nome
1	2020	Argentina (PBA)	Argentina (PBA)	Vigilância epidemiológica ambiental na Província de Buenos Aires: Capacitação em Buenos Aires para a detecção de coronavírus em amostras ambientais.
2	2020	Equador	Equador	Gestão de risco e assistência humanitária a nível local em tempos de emergência para reforçar a CSS e a CT descentralizadas no Equador.
3	2020	México (Jalisco)	México (Jalisco)	Fome Zero nos municípios de El Limón e El Grullo, Jalisco
4	2020	Guatemala	Guatemala	Aquisição de material pessoal e sanitário para o pessoal que trabalha no sistema de transportes públicos Transmetro na Cidade da Guatemala para evitar a propagação da COVID-19, no âmbito das acções do Plano de Santiago.
5	2020	Peru	Peru	Assistência técnica para apoiar a formulação de um roteiro para orientar a transformação digital da APCI.
6	2020	México (S.L. Potosí)	México (S.L. Potosí)	Reactivação económica nas populações indígenas de Aquismon, San Luis Potosí
7	2020	Guatemala	Guatemala	MAGA Instalação de hortas familiares em comunidades rurais nos departamentos de Petén, Retalhuleu, Suchitepéquez e Santa Rosa, em apoio à nutrição e saúde da população, para mitigar o impacto da pandemia da COVID-19.
8	2020	Chile	Chile	Curso de formação inicial de gestão de insuficiência respiratória aguda no contexto da pandemia da COVID-19
9	2020	Colômbia (Região Bogotá)	Colômbia (Região Bogotá)	Reforço das experiências rurais no quadro da cooperação para o desenvolvimento do turismo cultural na Região de Bogotá, num cenário de reactivação devido à pandemia global.
10	2020	Argentina (Salta)	Portugal	Reforçar o sector da inovação, ciência e tecnologia no território de Salta, utilizando RIS3 (Research and Innovation Smart Specialisation Strategy), para a promoção da inserção inteligente do sistema produtivo, a fim de apoiar os sectores mais afectados pelos efeitos da pandemia de COVID-19.
11	2020	Panamá	Panamá	MIDES O Plano de Apoio Sócio-Emocional (PASE)
12	2020	Panamá	Panamá	MEDUCA Reforço do pessoal psicossocial em questões de saúde mental e Adequação dos Centros de Cuidados da Primeira Infância (CAPI) para lidar com a pandemia resultante da COVID-19.
13	2021	Honduras	Honduras	Melhoria da qualidade sanitária do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional de Honduras no contexto da pandemia da COVID-19

14	2021	Equador	Equador	"Ajuda humanitária às famílias vulneráveis membros da associação de recicladores e comerciantes Manos que limpian no cantão de Riobamba afectados pelos efeitos da pandemia da COVID-19".
15	2021	Guatemala	Guatemala	Apoio na prevenção do contágio de recursos humanos e cuidados primários do Secretariado de Planeamento e Programação da Presidência -SEGEPLAN- no âmbito da Pandemia da COVID-19.
16	2021	Peru	Peru	Assistência técnica para desenvolver um diagnóstico das barreiras enfrentadas pelas universidades no fornecimento de produtos, processos e serviços de base científica e tecnológica ao governo e à indústria em resposta à pandemia da COVID-19.
17	2021	México	México	Resiliência económica e promoção do comércio local em El Grullo, Jalisco
18	2021	Colômbia	Colômbia	Formação do povo indígena Arhuaco para enfrentar os desafios eleitorais em tempos de COVID-19
19	2021	El Salvador	El Salvador	Reforço das capacidades reguladoras da Dirección Nacional de Medicamentos em estado de emergência sanitária.
20	2021	Uruguai	Uruguai	Reforço da equipa de profissionais de saúde que prestam assistência a doentes pós-Covid-19 no Uruguai, especificamente na região norte do país.
21	2022	Honduras	Honduras	Fornecimento de equipamento de biossegurança aos centros educativos.
22	2022	Peru	Peru	Assistência Técnica para o Desenvolvimento de Estratégias sobre a Percepção Pós-Pandémica da Ciência e Tecnologia em Crianças em Escolas da Costa e das Terras Altas do Peru que Favoreçam a sua Apropriação Pública.
23	2022	Colômbia	Colômbia	Otimização e melhoria da Aplicação Migratória de Pré-Registro "Check-Mig".
24	2022	Argentina	Costa Rica	Plano de Turismo Sustentável com uma perspectiva de género para promover a reactivação económica pós COVID-19 através do desenvolvimento do turismo sustentável da Reserva Natural Urbana de Uso Múltiplo Laguna El Hinojo.
25	2022	México	México	Profissionalização de facilitadores para reforçar o empreendedorismo digital, marketing e competências de vendas do sector do artesanato no Estado de Campeche.
26	2022	Costa Rica	Costa Rica	Implementação do plano de acção da agricultura familiar da Costa Rica para o desenvolvimento e reforço das capacidades de comercialização das mulheres produtoras do REDCAF no período pós-pandémico.
27	2022	República Dominicana	Colômbia	Reforço das capacidades locais para a apropriação e aplicação de directrizes de ordenamento do território no município de Salcedo, República Dominicana.

As iniciativas financiadas pelos "Parceiros face à COVID-19" tiveram um impacto num número significativo de beneficiários no contexto da emergência socioeconómica e sanitária.

Em conclusão, pode ver-se que estes convites à apresentação de propostas MECCS deram uma resposta rápida para se alinharem com as prioridades estabelecidas a nível nacional face ao novo cenário global, contribuindo assim também para o cumprimento dos ODS da Agenda 2030.



Os parceiros do MECSS contra a COVID-19 tornaram possível:

- Conceder às entidades governantes um instrumento adicional de articulação com entidades setoriais e governos locais
- Reforço dos Sistemas Nacionais através da participação dos sectores e governos locais
- Responder às prioridades identificadas por cada país

- Promover um envolvimento activo na implementação da agenda para 2030, mesmo no contexto da emergência. Em conjunto, as iniciativas dos Parceiros do MECSS contra o Covid-19 contribuíram para a realização de treze das dezassete ODS.

B. AGÊNCIAS E INSTITUIÇÕES ENCARREGADAS DE CSS E CT

1. Adequação das funções e actividades

As agências e instituições responsáveis pela cooperação internacional nos países da região, como explicado na secção anterior, ajustaram o seu funcionamento e actividades para enfrentar o contexto de emergência da pandemia e, subsequentemente, para contribuir para a recuperação económica e social dos países da região.

Em termos de processos internos, por exemplo, Andorra reviu os seus mecanismos de trabalho e a base do seu planeamento estratégico. O impacto no trabalho foi principalmente no terreno. Por esta razão, a instituição líder modificou os seus mecanismos de trabalho para os tornar mais flexíveis e adaptáveis às condições e possibilidades dos seus parceiros. Uma vez que não tem muitos parceiros, foi capaz de fazer ajustes profundos nos seus mecanismos de trabalho com eles e de os readaptar conforme necessário ao contexto em mudança. Por exemplo, a instituição líder realiza grande parte do seu trabalho com base em mecanismos de cooperação multilateral. No entanto, devido a numerosas restrições de mobilidade, enfatizou o trabalho com ONG e outras organizações já nos países beneficiários.

Em termos do funcionamento interno da instituição líder, foram também feitos ajustamentos na base do seu planeamento estratégico. Assim, a forma como a instituição estabelece as suas prioridades de cooperação foi redesenhada para adaptar e alinhar o seu trabalho com as exigências do novo contexto. Em 2020, a saúde foi definida como a principal prioridade, e a educação, os cuidados com o ambiente e a atenção aos grupos vulneráveis como outras três prioridades. Subsequentemente, dado que estas áreas de atenção requerem continuidade, uma vez que são temas recorrentes nas necessidades dos parceiros, foi decidido que a definição de prioridades seria bianual. Subsequentemente, foi decidido redefinir as prioridades com base na intersecção entre as áreas prioritárias acima mencionadas, a fim de prestar uma atenção mais focalizada a problemas específicos e urgentes. Por exemplo, a prioridade bianual para 2021 era a educação das mulheres. Assim, os temas prioritários da educação e atenção aos grupos vulneráveis foram reagrupados para maximizar a eficiência e eficácia dos recursos e esforços de cooperação.

2. Alavancar as TIC e as plataformas virtuais

As agências e instituições participantes no estudo tiveram também de adaptar as suas funções, procedimentos e actividades a meios remotos e virtuais. Para este fim, a utilização das TIC foi muito relevante e variada. Os exemplos descritos pelas entidades participantes neste estudo vão desde a formação do pessoal que participa no CCD na utilização de diferentes plataformas para trabalho remoto e

videoconferência e digitalização de documentos, até à utilização de plataformas abrangentes para a gestão do conhecimento.

A Agência Presidencial Colombiana para a Cooperação Internacional (APC-Colômbia), em 2020 iniciou a criação do Centro de Gestão do Conhecimento do CCD, uma plataforma para posicionar a sua oferta de conhecimento do CCD e expandir as ligações de interacção com os seus homólogos. O Hub de Gestão do Conhecimento é composto por três componentes principais:

1. Campus de Cooperação Sul-Sul na Colômbia. Este campus virtual foi concebido para oferecer cursos curtos para funcionários públicos de países em desenvolvimento sobre questões em que o país tem pontos fortes e capacidades para o intercâmbio de conhecimentos.
2. Espaço interactivo e colaborativo. Este espaço foi concebido para formular, implementar e acompanhar os projectos bilaterais que a Colômbia realiza com outros países no âmbito da CSS, criando conteúdos virtuais nos quais os seus parceiros podem carregar vídeos, textos e outros materiais para transmitir ideias gerais sobre os seus projectos e o tema a ser partilhado, bem como trabalhar em colaboração em documentos sobre técnicas, métodos e metodologias, entre outros. Destina-se a ser o espaço virtual para facilitar e aumentar o impacto de cada um dos projectos actuais da APC com os seus parceiros.
3. Comunidades de prática para partilhar temas de interesse em CSS e CT. Este é um espaço aberto a qualquer actor interessado em CSS (academia, sociedade civil, sector privado, governos, doadores). O objectivo deste espaço é promover o intercâmbio de conhecimentos. Este espaço foi concebido para realizar fóruns, palestras, diálogos de especialistas, workshops e outros eventos, para além de albergar um repositório documental.

O centro tem sido um instrumento chave para o governo colombiano partilhar as suas experiências e colaborar com outros países da região para enfrentar os desafios colocados pela pandemia. A Colômbia tem trabalhado para fornecer assistência técnica e apoio para responder a estes desafios com numerosos países da região, tais como Brasil, Equador, Peru, Chile, México, Argentina, entre outros. Além disso, com o mesmo objectivo, a Colômbia também tem trabalhado com organizações internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O tipo de informação partilhada foi a experiência colombiana em lidar com a pandemia, incluindo aspectos como a estratégia de resposta do país, a utilização de tecnologia para apoiar a resposta, e a distribuição de material e equipamento médico.



O centro também proporcionou uma plataforma para os países do Sul global partilharem informações e melhores práticas para lidar com a pandemia. Alguns dos meios utilizados para o efeito foram:

- **Plataforma online.** Na plataforma, os parceiros poderiam aceder a informações sobre a experiência colombiana e as melhores práticas relacionadas com a pandemia. Foram também incluídas informações e melhores práticas de outros países da região.
- **Reuniões virtuais,** workshops e webinars. Peritos de diferentes países partilharam informações e melhores práticas para lidar com a pandemia. Os países partilharam as suas estratégias de resposta à pandemia e discutiram formas de melhorar as suas estratégias.

O centro também prestou assistência técnica e apoio a outros países da região, através de consultas virtuais e programas de formação, para os ajudar a melhorar as suas estratégias de resposta à pandemia. Exemplos incluem:

- **Consultas virtuais.** Estas consultas incluíram o intercâmbio de informações sobre a experiência colombiana na gestão da pandemia, bem como conselhos e recomendações sobre a forma de melhorar as estratégias de resposta dos parceiros à pandemia.
- **Programas de formação.** Estes programas incluíram formação sobre como utilizar a tecnologia para apoiar a resposta, como distribuir material e equipamento médico, e como utilizar o centro para partilhar informação e melhores práticas.
- **Intercâmbio de peritos.** O centro organizou intercâmbios de peritos entre a Colômbia e outros países da região para partilhar conhecimentos e experiências na luta contra a pandemia.

- **Troca de directrizes e protocolos.** O centro partilhou directrizes e protocolos desenvolvidos pela Colômbia com outros países da região, tais como os relacionados com testes e rastreio de contactos, que foram utilizados para melhorar as estratégias de resposta à pandemia de outros países da região.
- **Cooperação Sul-Sul.** O centro também proporcionou uma plataforma para a promoção e coordenação de iniciativas CSS entre diferentes países da América Latina, através de mecanismos tais como reuniões virtuais, webinars e workshops.

Além disso, o centro tem sido utilizado para coordenar a entrega de material e equipamento médico a outros países da região, através de vários meios:

- **Plataforma online.** Na plataforma, os países da região poderiam aceder a informações sobre a disponibilidade de material e equipamento médico na Colômbia. Esta informação incluía pormenores sobre os tipos de fornecimentos e equipamentos médicos disponíveis, assim como as suas quantidades.
- **Reuniões virtuais.** O centro organizou reuniões virtuais entre peritos de diferentes países para discutir as necessidades de fornecimento e equipamento médico e coordenar a entrega destes fornecimentos.
- **Apoio logístico.** O centro forneceu apoio logístico a outros países da região para os ajudar a transportar material e equipamento médico da Colômbia para os seus países. Este apoio logístico incluía a organização do transporte de fornecimentos, bem como o fornecimento de informações sobre regulamentos aduaneiros e outras considerações logísticas.
- **Rede de fornecedores e apoio ao processo de aquisição.** O centro forneceu apoio ao processo de aquisição de fornecimentos e equipamentos médicos, ajudando outros países da região a navegar no processo de aquisição e a assegurar os fornecimentos necessários. O centro também ajudou a criar uma rede de fornecedores de material e equipamento médico a que outros países da região podiam ter acesso.

O Hub também contribuiu para a distribuição de vacinas, um elemento essencial na luta contra a pandemia, através de vários meios:

- **Facilitação de acordos.** O Hub facilitou acordos entre a Colômbia e outros países da região para o fornecimento de vacinas. Isto incluiu acordos com o mecanismo COVAX, bem como acordos bilaterais entre a Colômbia e outros países.
- **Apoio logístico.** Através do centro, foi prestado apoio logístico a outros países da região para os ajudar a transportar vacinas da Colômbia para os seus países, incluindo a organização do transporte de vacinas, bem como o fornecimento de informações sobre regulamentos aduaneiros e outras considerações logísticas.
- **Rede de fornecedores e apoio ao processo de aquisição.** O centro prestou apoio ao processo de aquisição de vacinas, ajudando outros

países da região a gerir o processo e a assegurar as vacinas necessárias. O centro também apoiou a criação de uma rede de fornecedores de vacinas a que outros países da região pudessem ter acesso.

- **Assistência técnica.** Através do centro, foi prestada assistência técnica a outros países para os ajudar a planear, implementar e melhorar as suas campanhas de vacinação.

3. Expansão dos programas existentes

Noutras agências do CCD, como a AMEXCID no México, uma proporção significativa dos recursos de cooperação foi concentrada na expansão do âmbito dos programas existentes. Os programas Jóvenes Construyendo el Futuro e Sembrando Vida tiveram um impacto em aspectos como o aumento do desemprego, que foi um dos principais efeitos da pandemia. Ambos os programas fazem parte do Plano Global de Desenvolvimento de 2018 para El Salvador, Guatemala, Honduras e México.

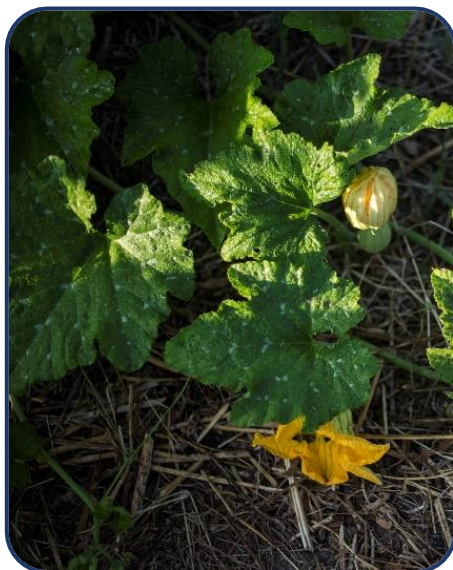
Em ambos os programas, o objectivo é reduzir as condições estruturais de desemprego em sectores vulneráveis, o que actua como factor de expulsão de migrantes. Na Jóvenes Construyendo el Futuro, o mecanismo para o conseguir é criar alianças com o sector privado para formar jovens dos 18 aos 29 anos que não estão a estudar nem a trabalhar, favorecendo a sua inclusão social e produtiva. No caso do Sembrando Vida, o mecanismo consiste em proporcionar emprego permanente aos agricultores de baixos rendimentos. O programa proporciona emprego permanente aos agricultores com 2,5 hectares disponíveis e que têm um baixo rendimento (abaixo da linha de bem-estar rural). Os agricultores participam em projectos agro-florestais com potencial ambiental, florestal e de produção alimentar. Além disso, propõe-se que, ao abordar o desemprego, sejam também abordadas outras condições que conduzem à migração, tais como a melhoria das condições económicas e a reconstrução do tecido social. No caso do Sembrando Vida, afirma-se também que contribui para favorecer a auto-suficiência alimentar e a conservação do meio ambiente.

Neste caso, o relatório 2021-2022 do Presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador menciona a promoção dos programas Sembrando Vida e Jóvenes Construyendo el Futuro como parte da colaboração estratégica na América Latina para enfrentar a pandemia da COVID 19. Na mesma linha, a 6 de Abril de 2020, o Presidente López Obrador anunciou uma série de medidas para combater os efeitos negativos da COVID-19. Entre estas medidas, propôs a expansão dos beneficiários de ambos os programas. Na mesma linha, a razão para expandir estes programas e canalizar recursos de cooperação para eles durante a pandemia foi que os agricultores e os jovens no México, Honduras, El Salvador e Guatemala estavam a enfrentar condições de empobrecimento que foram exacerbadas pelo surgimento da COVID-19. Ambos os programas já existiam e tinham sido inicialmente criados para abordar as populações vulneráveis no México.

Durante a pandemia, parte do trabalho habitual da AMEXCID transformou-se da coordenação de diferentes esforços de cooperação para a implementação de ambos os programas em El Salvador e nas Honduras. Assim, foi decidido utilizar as



estruturas e redes existentes criadas por estes programas para expandir os seus resultados na cooperação do México com a América Central. Para participar na implementação de ambos os programas, a AMEXCID trabalhou no México em coordenação com outras entidades governamentais. Para o programa Jóvenes Construindo el Futuro, coordenou com o Ministério do Trabalho e Bem-Estar Social (STPS); para o programa Sembrando Vida, coordenou com o Ministério do Bem-Estar Social.



Segundo a AMEXCID, ambos os programas constituem um esforço de cooperação regional que poderia ser ajustado aos diferentes contextos de cada país participante e que, apesar das perturbações da COVID-19, conseguiu ser implementado em tempo recorde. No seu último relatório para 2021-2022, a AMEXCID observa que estes programas são a força motriz por detrás da cooperação regional do México para ajudar a região a recuperar dos efeitos económicos e sociais da pandemia. Neste relatório, a AMEXCID nota que Sembrando Vida também está em curso, com diferentes graus de progresso, na Guatemala,

Belize e Cuba. Em termos de resultados do programa, o governo mexicano informou que a proporção de agricultores que contemplam a migração foi reduzida de 55,5% para 0,6% em El Salvador e de 56,4% para 1,8% nas Honduras. Na mesma linha, a proporção de jovens diminuiu de 35,7% para 11,4% em El Salvador e de 63,5% para 8,5% nas Honduras.

VI. Boas práticas

As instituições, agências e organizações responsáveis pela cooperação internacional que participaram no estudo identificaram uma série de acções e experiências que qualificaram como boas práticas ou actividades inovadoras que provaram ser úteis para mitigar os efeitos da COVID-19.

A. ADAPTABILIDADE OPERACIONAL

No âmbito dos mecanismos operacionais que existiam, mas que eram utilizados de forma diferente, as entidades participantes no estudo relataram:

- Utilização dos mecanismos e processos existentes já utilizados pelas entidades cooperantes do CCD e TC para a realização de novas actividades.
- Trabalhar directamente com ONG e organizações já presentes no terreno para evitar a deslocalização de pessoal e funcionários.
- Optimização dos recursos financeiros através da realização de actividades praticamente em vez de presenciais, incluindo formação ou processamento de documentação operacional.
- Utilização da tecnologia para trabalhar virtualmente/remoção tanto a nível interno como internacional em acções de cooperação. Isto requer a capacitação do pessoal na utilização de ferramentas tecnológicas para o adequado acompanhamento e desenvolvimento de actividades, iniciativas, e projectos.
- Embora muitas iniciativas do CCD exijam reuniões presenciais, foi demonstrado que é importante limitar as reuniões presenciais internacionais com trabalho telemático prévio.
- Organização de uma feira de bolsas de estudo virtuais, apoiada pela utilização de software inovador.
- Reforço dos mecanismos existentes de acesso à cooperação multilateral.

Foram também criados novos mecanismos, instrumentos e ferramentas para facilitar a coordenação entre as entidades responsáveis pelo CCD e pelo TC, tanto dentro dos Estados como externamente, com os seus parceiros e organizações internacionais:

- Criação de comunidades virtuais de prática para discutir a importância no CSS de questões como os meios digitais de aprendizagem, tele saúde, digitalização e serviços públicos, transferências de dinheiro, isenções fiscais, entre outras.

- Abordagem mais articulada com a rede de parceiros de desenvolvimento, evitando a duplicação de esforços e recursos de cooperação.
- Reforçar a rede de pontos focais nacionais, reduzindo a burocracia, racionalizando os mecanismos de comunicação e assegurando uma comunicação eficiente entre diferentes agências governamentais.

B. REFORÇO INSTITUCIONAL

As entidades participantes também relataram ações e experiências que reforçaram o quadro institucional de gestão de CSS e CT:

- Criação de um Centro de Gestão do Conhecimento do CCD, como ferramenta institucional para o posicionamento estratégico e o aprofundamento do conhecimento, bem como prioridades de desenvolvimento do país numa perspectiva de alianças estratégicas multi-stakeholder e multiníveis com parceiros no Sul global.
- Criação de um grupo de trabalho interinstitucional local para conceber e implementar uma estratégia para atrair a cooperação, com o objectivo de articular as necessidades nacionais com a disponibilidade de parceiros internacionais.
- Contribuir para a formulação de um Decreto para criar uma Lei de Cooperação Internacional, que tornou possível integrar tudo o que foi regulamentado nesta área num único documento legal.
- Reforço institucional das parcerias tanto com entidades e organizações presentes no terreno nos países beneficiários, como com entidades responsáveis pela cooperação multilateral, procurando assegurar uma maior coordenação, coerência e eficiência na gestão dos recursos.

C. FLEXIBILIDADE DE COBERTURA

As entidades participantes mencionaram que era importante ter a capacidade de fazer mudanças rápidas para expandir a cobertura do seu trabalho a questões e sectores não tradicionais:

- Flexibilidade na utilização das dotações orçamentais, para responder a mudanças drásticas que possam surgir nas necessidades dos sectores e temas que não tinham sido contemplados ou que não tinham sido considerados prioritários.
- Contribuir para facilitar a implementação de medidas de biossegurança, que não era um tema tradicional de cooperação.

VII. Lições aprendidas

As entidades SSC e TC participantes no estudo mencionaram uma série de lições aprendidas com a COVID-19 e ideias para modificações a serem feitas para lidar com futuras emergências. A pandemia obrigou as agências e instituições de ajuda humanitária a abandonar qualquer zona de conforto em que possam ter estado e a tomar medidas que lhes permitissem continuar a operar num ambiente altamente adverso e em grande mudança. Isto levou à aprendizagem de uma série de lições que, se utilizadas correctamente, lhes permitirão modificar as suas práticas para melhor lidar com outras emergências que possam surgir no futuro. São aqui apresentadas como uma lista de experiências que vale a pena partilhar, a fim de melhorar as suas experiências futuras.

A. OPTIMIZAÇÃO OPERACIONAL

Em geral, as lições aprendidas a nível operacional referem-se à necessidade de otimizar os recursos e o tempo.

- A necessidade de fomentar o trabalho de equipa organizado e reforçado.
- A importância da criatividade na operação, a fim de poder desenvolver adequadamente as tarefas de cada agência ou instituição e fornecer soluções para os problemas que surgem em ambientes complicados.
- A importância de ter em conta a flexibilidade e adaptabilidade dos processos. A flexibilidade era muito importante para se poder adaptar à situação pandémica, tal como a capacidade de se adaptar a situações limite, anteriormente não experimentadas, mantendo ao mesmo tempo as operações institucionais.
- A utilização do método de trabalho híbrido (virtual- face-to-face), que permite a optimização de recursos escassos para projectos de CSS, pode ser muito útil mesmo que não seja inteiramente face-a-face. Também ajuda a que haja flexibilidade nos projectos em termos de calendário e modalidades.
- A importância da implementação de mecanismos inovadores de gestão da cooperação, tanto para responder a problemas estruturais como para responder a medidas de emergência. A importância de conceber estratégias para responder a ameaças externas através de manuais operacionais e planos de contingência.
- A importância de reforçar as equipas de campo e a colaboração de múltiplos intervenientes.

- A utilidade da criação de um fundo de emergência que esteja disponível para uma implantação rápida, se necessário.

B. ESPAÇOS INSTITUCIONAIS PARTILHADOS

- A necessidade de melhorar os mecanismos de comunicação dentro de cada instituição e com terceiros, especialmente num ambiente em que há falta de contacto presencial.
- A relevância dos espaços de cooperação regional, que permitem a coordenação de respostas a desafios comuns, bem como os acordos internacionais que permitem a continuidade das acções comerciais e de cooperação apesar das adversidades. Do mesmo modo, a nível local, a importância das mesas redondas de diálogo interinstitucional, que permitem a coordenação eficaz das actividades para continuar mesmo em situações não planeadas, como foi o caso da COVID-19.
- A consciência de que a flexibilidade e a solidariedade são também pilares fundamentais para enfrentar os desafios com resiliência.

C. COBERTURA DAS TICS EM LINHA

- Sensibilização para a importância do impacto da protecção da saúde em todas as esferas da vida de um país.
- A relevância de considerar a transformação digital nos processos de SSH. É necessário direccionar recursos para o desenvolvimento e reforço contínuo das Tecnologias de Informação e Comunicação.
- A utilização da mesma modalidade híbrida para formações, dando a oportunidade de incluir um maior número de participantes, incluindo mais mulheres e, por conseguinte, promovendo a igualdade de género



VIII. Reflexões finais. Desafios futuros

Como em muitos campos, a pandemia COVID-19 teve um impacto profundo na CSS e TC, devido aos seus efeitos em termos de vidas e à perturbação geral da actividade humana. Este evento deixa numerosos desafios para o funcionamento das entidades responsáveis por estas modalidades de cooperação para enfrentar futuras emergências. É necessária uma melhor preparação para lidar com tais emergências de uma forma mais ágil e eficiente, reduzindo assim as consequências de qualquer outro evento catastrófico que possa ocorrer no futuro.

A partir da dimensão horizontal ou da cobertura de questões e sectores, a maioria dos países concordou com a necessidade de reforçar a utilização da tecnologia para o trabalho remoto (cultura da virtualidade, implementação de actividades híbridas face-a-face-virtual, etc.). Tal como no resto do mundo, os países voltaram-se para o teletrabalho para continuarem a funcionar. No entanto, em muitos casos, houve inicialmente uma perda significativa de eficiência. Tiveram de enfrentar - com a série de problemas e mudanças que isso implicava em cada caso - a redução de pessoal, bem como medidas de segurança e coexistência para os casos em que o trabalho presencial foi mantido, mesmo que apenas parcialmente.

A partir da dimensão institucional, foi proposto o desenvolvimento de espaços regionais para articular orientações para os países membros para gerir a CSS e a CT em tempos de emergência. O objectivo é garantir a eficácia e eficiência da cooperação. Foi sugerido que estas directrizes deveriam incluir o que deve ser feito antes, durante e depois das emergências, a fim de planejar a reacção, oferecer a melhor resposta e mitigar os danos, e depois contribuir para lidar com os efeitos causados pelo fenómeno.

Foi também proposto modificar aspectos institucionais a fim de investir na prevenção de riscos, considerando que uma emergência futura pode ser de muitos tipos diferentes e não necessariamente semelhante a uma pandemia como a que ocorreu. Entre as medidas propostas, foram mencionadas as seguintes. Em primeiro lugar, um fundo financeiro para agir imediatamente em caso de emergência. Em segundo lugar, a criação de uma rede de coordenação institucional incluindo representantes de vários ministérios de tutela e outras organizações chave. O pessoal que constitui esta rede deve estar preparado - incluindo exercícios de simulação de eventos - para agir rapidamente em caso de necessidade (estruturas organizacionais, administrativas e financeiras para tornar os mecanismos de resposta a emergências mais flexíveis, redes para dar atenção imediata).

A partir da dimensão operacional, foi dada ênfase à criação de manuais e procedimentos de resposta a emergências. Em termos de recursos humanos, foi mencionada a importância de ter pessoal com conhecimento dos procedimentos de doação humanitária e coordenação inter-agências. Finalmente, foi também mencionada a importância de ter uma sistematização das experiências e lições aprendidas, o que ajudaria as equipas a aprender de forma organizada a partir da experiência adquirida e a reduzir a curva de aprendizagem entre as partes, e a identificar mais facilmente oportunidades para desenvolver iniciativas relevantes.

Assim, as crises COVID-19 criaram numerosos desafios para o funcionamento das agências, instituições e organizações responsáveis pelo CCD e pelo TC. Contudo, estas crises também criaram algumas oportunidades para que estes organismos repensassem a forma de otimizar as suas funções e renovar rapidamente as suas formas de trabalho, a fim de enfrentar os desafios impostos pela emergência. Agora que a crise abriu estes espaços, vale a pena aproveitá-los para continuar a diversificar a estrutura do IDC e continuar a consolidar o SSC e o TC como áreas centrais desta estrutura. Do mesmo modo, deve ser aproveitado o impulso para repensar a forma como os organismos de cooperação acima mencionados trabalham e funcionam, a fim de enfrentar os desafios actuais e futuros. Finalmente, este espaço permite também avançar mais no sentido de assegurar que o funcionamento dos organismos responsáveis pela CSS e CT na Ibero-América continue a ter em conta as prioridades de desenvolvimento dos países cada vez mais, e menos outras questões políticas internas ou dinâmicas de poder internacionais.

Referências

Abbondanzieri, Camila (2022). "La dimensión financiera de la cooperación Sur-Sur: reflexiones en torno a sus perspectivas y potencial en la coyuntura pandémica." *Relaciones Internacionales*, 95.1 (2022): 13-28.

Bracho, Gerardo, Richard Carey, William Hynes Stephan Klingebiel Alexandra Trzeciak-Duval (ed.) (2021) *Origins, Evolution and Future of Global Development Cooperation. The Role of the Development Assistance Committee (DAC)*, German Development Institute.

CEPAL (2020). *International Trade Outlook for Latin America and the Caribbean. Regional integration is key to recovery after the crisis*. CEPAL.

Cervantes, L. F., Camacho, M. Y., & Narváez, J. C. (2018). *Estudio comparativo de 16 agencias de cooperación internacional para el desarrollo: Insumos para su análisis y reflexiones*.

Diario Oficial de la Federación. (2020). *REGLAS de Operación del Programa Jóvenes Construyendo el Futuro*. México.

Documento de formulación de la Iniciativa Iberoamericana de Ciudadanía Global para el Desarrollo Sostenible (CGpDS)

Malacalza, Bernabé (2022). *La Cooperación Sur-Sur y Triangular y la Agenda de Desarrollo Sostenible en Iberoamérica: Nudos críticos y horizontes en la respuesta a la COVID-19*. Estudio Secretaría General Iberoamericana.

PIFCSS (2021). *Informe final del taller: intercambio y Gestión del Conocimiento en la Cooperación Sur-Sur y Triangular: innovación en tiempos de pandemia*.

Urbano Reyes, Javier (2015). *Migración y la agenda de desarrollo para después de 2015*. *Revista Mexicana de Política Exterior*, (103), 209-229.

SEGIB (2021). *Informe de la Cooperación Sur-Sur y Triangular en Iberoamérica 2020*. Marzo 2021.

Pérez Pineda, J. A., Vargas, E., y Urbano, J. (2021). *Diez años de consolidación institucional de AMEXCID y el vínculo con otros actores*.

Urbano Reyes, Javier (2010). *Gestión de la cooperación internacional en materia de migración internacional: algunas reflexiones sobre la cooperación migratoria de México con Centroamérica*, 65-84.

Xalma, Cristinay Martín Rivero Illa (2021). *Instrumentos innovadores, cooperación financiera, Sur-Sur y Triangular*. Documentos de trabajo (Fundación Carolina): Segunda época 55.

Anexo I. Instrumentos

QUESTIONÁRIO PARA AGÊNCIAS E INSTITUIÇÕES ENCARGADAS DO CSS (INSTRUMENTO I)

Este questionário faz parte do estudo "Strategies and institutional responses of SSC and Ibero-American TC to the COVID 19 emergency". O estudo está a ser desenvolvido pelo PIFCSS, no âmbito das actividades incluídas no nosso AOP 2022, com o apoio do Dr. Ninfa M. Fuentes.

O estudo procura, em primeiro lugar, contribuir para a compreensão da resposta institucional dos países membros, através das experiências e características das actividades do CCD e do CT implementadas em resposta à emergência da COVID-19. Em segundo lugar, analisar o alcance destas experiências nas suas diferentes dimensões, temas e sectores. Em terceiro lugar, identificar os desafios comuns enfrentados nesta e em futuras emergências, as boas práticas desenvolvidas para lidar com elas e as lições aprendidas que possam ser úteis no futuro e para outras agências e instituições responsáveis pela CSS na Ibero-América. A fim de realizar o estudo, está previsto realizar uma série de intercâmbios com os países membros.

A este respeito, ficaríamos muito gratos pela sua valiosa participação no estudo, respondendo ao questionário abaixo. O tempo de resposta estimado é de 25 minutos. De acordo com o calendário de trabalho, o prazo para responder ao questionário está previsto para sexta-feira, 18 de Novembro.

Por outro lado, numa segunda instância, a consultora Ninfa M. Fuentes, contactará alguns países para aprofundar através de uma entrevista sobre os aspectos mais relevantes da sua experiência em relação às respostas institucionais ligadas à experiência da SSC e da TC face à emergência pandémica. O questionário em anexo pede-lhe que forneça os dados de contacto da pessoa de referência.

Agradecemos-lhe antecipadamente o seu apoio e colaboração no processo.

1. Em que medida considera que a COVID-19 afectou o funcionamento e o trabalho da agência/instituição de cooperação?				
1	2	3	4	5
Nada				Extremamente

2. No caso de considerar que a COVID-19 afectou o funcionamento da agência ou instituição de cooperação, como é que o seu funcionamento e trabalho foram afectados?

3. Cobertura. Desde a emergência da pandemia da COVID-19, em que sectores a agência/instituição do CCD concentrou o seu trabalho? Foram estes os sectores mais afectados pela COVID-19? Houve alguma alteração em relação aos sectores em que a agência/instituição trabalha habitualmente?

4. Considera que o trabalho anterior nos seguintes sectores permitiu uma resposta mais ágil e eficiente aos efeitos da COVID-19?	Sim	No
Resposta sanitária		
Resposta económica		
Inclusão social		
Ambiente		
Gestão de catástrofes		
Modernização institucional		
Outros(s)		

5. Desde o surgimento da pandemia da COVID-19, em que questões se centrou o trabalho da agência/instituição do CCD? Houve alguma alteração nas questões em que a agência/instituição trabalha habitualmente?

6. Em relação à composição geográfica tradicional e aos parceiros habituais no trabalho da agência/instituição responsável pelo CCD, houve alguma alteração desde o surgimento da pandemia? Em caso afirmativo, quais foram as motivações para estas mudanças?

7. Funcionamento / operação. Se houve efeitos negativos no funcionamento da agência ou instituição do CCD, que aspectos foram mais afectados pela invasão da COVID-19?

Estratégias de cooperação	
Gestão, execução e implementação	
Reforço institucional	
Governança interna (por exemplo, coordenação de órgãos colegiais)	
Mecanismos para o desenvolvimento de capacidades, transferência e acesso à informação e conhecimento	
Monitorização e avaliação	
Planeamento	
Transparência e responsabilidade	
Visibilidade das acções e iniciativas	

8. Houve algum efeito negativo da COVID-19 sobre os recursos da agência/instituição de cooperação? Em caso afirmativo, que aspectos foram mais afectados pela COVID-19 (por exemplo, orçamento, mobilização e disponibilidade de recursos, eficiência na utilização de recursos, etc.)?

9. Desde o aparecimento da COVID-19, a agência ou instituição cooperante viveu alguma situação inusitada ou inesperada? Em caso afirmativo, como lidou com eles ou os resolveu?

10. Houve atrasos na implementação de acções e iniciativas do CCD para fazer face à pandemia? Em caso afirmativo, quais foram as principais razões para não poder implementar estas acções e iniciativas mais rapidamente (por exemplo, falta de redes e de estruturas organizacionais, falta de capacidade técnica, falta de recursos, etc.)?

11. As actividades da agência ou instituição do CCD foram coerentes com a estratégia nacional contra a pandemia do Estado? Como foi a coordenação com outras instituições e organizações do Estado?

12. A emergência da pandemia afectou a realização dos ODS prioritários para a agência ou instituição do CCD, e houve outros efeitos negativos sobre o seu papel, actividades e responsabilidades nas agendas de desenvolvimento global? Em caso afirmativo, quais foram esses efeitos? Que acções foram levadas a cabo pela agência ou instituição?

13. A partir de las experiencias frente a la emergencia de la COVID-19, ¿se identificaron desafíos para las actividades, trabajo o funcionamiento de la agencia o institución de CSS para enfrentar futuras emergencias? En caso afirmativo, ¿cuáles son dichos desafíos?

14. Inovação e boas práticas: Quais foram as boas práticas nas actividades e funcionamento da agência ou instituição do CCD para abordar a COVID-19? Seria desejável replicar estas práticas noutras agências ou instituições do CCD? Inovação e boas práticas: Quais foram as boas práticas nas actividades e funcionamento da agência/instituição do CCD para abordar a COVID-19? Seria desejável replicar estas práticas noutras agências/instituições do CCD? Em caso afirmativo, que aspectos devem ser considerados para uma replicação bem sucedida?

15. A agência ou instituição do CCD implementou actividades e iniciativas inovadoras em resposta à emergência da COVID-19? É desejável, e se possível, é possível manter estas actividades e iniciativas ao longo do tempo?

16. No seu caso, quais foram as principais lições aprendidas relativamente ao funcionamento e actividades da agência/instituição do CCD na emergência COVID-19?

17. Com base nas experiências da emergência COVID-19, seria desejável fazer modificações no trabalho ou funcionamento da agência ou instituição do CCD para lidar com futuras emergências? Em caso afirmativo, quais seriam essas modificações?

QUESTÕES ACADÉMICAS (INSTRUMENTO II)

1. Que efeitos teve o surgimento da COVID-19 na IDC? Em caso afirmativo, quais foram as transformações mais relevantes para o sistema IDC?

2. Como é que a COVID-19 influenciou a SSDC? Como é que os países reagiram à emergência da pandemia a partir da SSDC? Quais foram as principais mudanças no desenvolvimento da SSDC, se é que houve alguma?

3. Que impacto teve a emergência da COVID-19 na CT? Como reagiram os países à emergência da pandemia de SSDC? Quais foram as principais mudanças no desenvolvimento do TC, se é que houve alguma?

4. considera que, em geral, os mecanismos de coordenação regional na Ibero-América foram capazes de enfrentar os desafios colocados pela emergência da pandemia?

5. Como é que o surgimento da pandemia afectou o trabalho e o funcionamento dos diferentes organismos responsáveis pelo CCD e pelo TC?

6. Em geral, como é que o trabalho dos organismos participantes no CCD e no CT se enquadrava nas acções nacionais em resposta à COVID-19? No caso dos organismos nacionais, como foi a coordenação com outras áreas do Estado?

7) Quais foram as boas práticas no funcionamento e trabalho dos organismos participantes no CCD e CT em resposta à COVID-19? Quais foram os aspectos mais relevantes? Que aspectos devem ser considerados para replicar com sucesso estas práticas noutros organismos participantes no CCD e CT?

8. Quais considera serem as lições aprendidas no funcionamento e trabalho dos organismos participantes no CCD e CT em resposta à COVID-19? Que ajustamentos ou mudanças seriam desejáveis no trabalho e funcionamento dos diferentes organismos participantes no CCD e CT para enfrentar futuras emergências?

9. Que desafios subsistem para o funcionamento e trabalho dos organismos participantes na COVID-19 e na CT para enfrentar a COVID-19 e futuras emergências?

10. Considera que os organismos participantes no CCD e no CT implementaram actividades e iniciativas inovadoras em resposta à emergência COVID-19? É desejável, e se possível, é possível manter estas actividades e iniciativas ao longo do tempo?

11. Com base nas experiências com a COVID-19, que aspectos poderiam ser melhorados no trabalho ou funcionamento das instituições responsáveis pelo SSC e TC para enfrentar futuras emergências?

D. PERGUNTAS DE BASE PARA GRUPOS-ALVO/ENTREVISTAS INDIVIDUAIS APROFUNDADAS

NOTA. As perguntas da entrevista para as entrevistas com actores relevantes nas agências e instituições do CCD serão actualizadas de acordo com os resultados das respostas ao questionário que lhes foi enviado anteriormente (Instrumento 1).

Por favor, responda às seguintes perguntas, em relação às actividades do CCD e do CT realizadas pela agência ou instituição encarregada do CCS e CT

Primeira parte

Com base nos resultados do questionário (Instrumento I), serão feitas perguntas específicas para explicar as respostas sobre quais as informações adicionais necessárias ou desejáveis de acordo com os objectivos deste estudo.

Segunda parte

1. Quais foram os principais mecanismos em funcionamento nas respostas institucionais da SSC e do TC à COVID-19? Quais destes mecanismos podem ser úteis em emergências futuras?

2. No trabalho do SSC e da agência/instituição TC ao lidar com a COVID-19, que componentes eram mais inovadores?

3. Que factores foram determinantes nos resultados positivos/negativos do trabalho da agência ou instituição responsável pelo SSC e TC?

4. Que tipo de recursos foram necessários para enfrentar os desafios da COVID-19? Qual foi a origem destes recursos, e isto é diferente da origem tradicional destes recursos?

5. Foi confrontado com situações imprevistas? Em caso afirmativo, que situações foram encontradas e como foram resolvidas?

6. Que capacidades ou processos da agência/instituição responsável pelo SSC e TC foram reforçadas para lidar com a emergência COVID-19?

7. Poderia desenvolver os principais mecanismos de boas práticas nas actividades do CCD e da agência/instituição de TC ao lidar com a COVID-19?

8. Poderia desenvolver as lições aprendidas com as actividades do SSC e da agência/instituição de TC para abordar a COVID-19?

9. Com base nas experiências com a COVID-19, que aspectos poderiam ser melhorados no trabalho ou funcionamento do SSC e da agência/instituição TC para fazer face a futuras emergências?

Anexo II. Agências e instituições de cooperação participantes

País	Instituição
Andorra	Ministério dos Negócios Estrangeiros de Andorra
Argentina	Agência Argentina de Cooperação e Assistência Humanitária Cascos Blancos
	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comércio Internacional e Culto da Argentina
Chile	Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.
	Ministério dos Negócios Estrangeiros do Chile
Colômbia	Cooperação Internacional
	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Costa Rica	Agência Presidencial para a Cooperação
	Direcção de Cooperação Internacional
Cuba	Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Culto da Costa Rica
	Ministério do Comércio Externo e do Investimento Estrangeiro
Ecuador	Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cuba
	Dirección de Cooperación Internacional
El Salvador	Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Mobilidade Humana do Equador
	Direcção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento
Guatemala	Ministério dos Negócios Estrangeiros de El Salvador
	Dirección General de Cooperación al Desarrollo
México	Ministerio de Asuntos Exteriores de El Salvador
	Agência Mexicana de Cooperação para o Desenvolvimento (AMEXCID)
Nicarágua	Ministério Mexicano dos Negócios Estrangeiros
	Secretariado para a Cooperação Externa
Panamá	Ministério dos Negócios Estrangeiros
	Ministério dos Negócios Estrangeiros do Panamá
Paraguai	Secretariado Técnico de Planeamento do Desenvolvimento Económico e Social
	Ministério dos Negócios Estrangeiros do Paraguai
Peru	Agência Peruana para a Cooperação Internacional
	Ministério dos Negócios Estrangeiros peruano
Portugal	Instituto de Cooperação e Linguagem - CAMOES
	Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal
República Dominicana	Cooperação Internacional
	Ministério da Economia, Planeamento e Desenvolvimento
Uruguai	Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Dominicana
	Agência Uruguaia de Cooperação Internacional
	Ministério dos Negócios Estrangeiros do Uruguai

Anexo III. Entrevistas ao sector académico

Alexis Berg
Lorena Gómez Ruano
Mariana Jiménez Canet Atilano
Elena Montijano Sánchez
Javier Urbano Reyes

ESTRATÉGIAS E RESPOSTAS INSTITUCIONAIS DO CSS Y CT
IBEROAMERICA À EMERGÊNCIA DA COVID-19



PROGRAMA IBERO-AMERICANO
PARA O FORTALECIMENTO DA

**COOPERAÇÃO
SUL-SUL**

Teatinos 180, Piso 7
Santiago, Región Metropolitana - República de Chile
www.cooperacionsursur.org



@PIFCSS



/cooperacionsursur



/cooperacionsursur